

QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA

Iliana Ivanova

Comissária indigitada da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

1. Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais é a sua motivação? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspetiva de género em todas os domínios políticos que se inserem no âmbito do sua pasta?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Sinto-me profundamente honrada por ser candidata ao cargo de membro da Comissão Europeia liderada pela presidente Ursula von der Leyen.

A adesão da Bulgária à União Europeia em 2007 foi um momento decisivo para o meu país e também para mim. Encarei este passo histórico como uma porta aberta para novas oportunidades europeias comuns, para o livre intercâmbio transfronteiriço e para a prosperidade. Senti que era um apelo para que partilhasse a responsabilidade que os cidadãos têm pelo futuro do sonho europeu. Nessa altura, fui eleita pela primeira vez para um cargo na Câmara Municipal de Sófia. E foi no espírito e no contexto deste novo começo que entrei para o Parlamento Europeu em 2009. A minha experiência desde então reforçou a minha convicção de que a ideia e o projeto de integração europeia oferecem o melhor futuro para o nosso continente.

Durante o meu mandato como deputada ao Parlamento Europeu e na qualidade de vice-presidente da Comissão do Controlo Orçamental, tive como principal missão analisar o impacto das políticas públicas e os seus benefícios para os cidadãos. Desde 2013, depois de me ter tornado membro do Tribunal de Contas Europeu e de ter sido eleita três vezes para o cargo de decano da Câmara II — Investimento para a coesão, o crescimento e a inclusão, continuei a contribuir para o objetivo de aumentar o valor acrescentado, a eficácia e a eficiência das políticas da UE.

O meu profundo compromisso com o projeto europeu e os valores que lhe subjazem reflete-se nas recomendações que emiti, enquanto membro do Tribunal de Contas, no sentido de melhorar a qualidade das despesas da UE. Neste contexto, adquiri vastos conhecimentos e experiência numa grande variedade de importantes domínios da elaboração de políticas europeias: a agenda digital e de inovação da UE, a indústria 4.0, a economia circular, as competências digitais, as políticas de educação e juventude, o desenvolvimento regional, a política de coesão e as políticas sociais. Em todos estes domínios de intervenção relevantes para a pasta que me foi atribuída pela presidente Ursula von der Leyen, elaborei relatórios especiais e análises sobre a melhor forma de avaliar as necessidades de financiamento, assegurar a aplicação de estratégias adequadas com objetivos e metas claras e, em última análise, garantir o acompanhamento e a comunicação adequada dos progressos alcançados. Sempre atribuí a maior importância às apresentações e aos debates com as respetivas comissões do Parlamento Europeu (ITRE,

CULT, REGI, EMPL, CONT). Aproveitei estes contactos formais como oportunidades para partilhar avaliações críticas e identificar pontos fracos, mas também passos realistas no sentido de uma ação europeia orientada para os resultados. Tal está de acordo com a motivação que tenho depositado em todos os meus esforços até à data, ou seja, garantir que cada euro gasto tenha um impacto concreto na vida dos cidadãos europeus, com resultados tangíveis, comprovados e mensuráveis.

Sinto-me honrada por a presidente Ursula von der Leyen me confiar a pasta da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, pois esta assume uma importância estratégica para o nosso futuro comum na União Europeia. Congratulo-me por a pasta reforçar a ligação entre a educação, a investigação, a inovação e o impacto social, para colher os benefícios de todas as sinergias possíveis. Se for nomeada, porei toda a minha experiência de liderança ao serviço desta imensa tarefa. Gostaria de ser a guardiã do investimento eficiente nos domínios da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude.

Em conformidade com os valores da União consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia (TUE), a integração efetiva da igualdade, nomeadamente a integração da perspetiva de género nas políticas, estará no centro do meu mandato. É evidente que, numa altura de desafios sem precedentes, mais do que nunca precisamos de aproveitar todos os talentos disponíveis. Será um privilégio para mim servir como membro da primeira Comissão paritária em termos de género. Apoiarei os vários mecanismos disponíveis no âmbito da pasta, desde requisitos específicos para apoio público a medidas de visibilidade de modelos a seguir. Prestarei também especial atenção à sua avaliação exaustiva, com vista a identificar as formas mais eficazes de fazer a diferença em prol dos cidadãos europeus.

O início do meu mandato teria lugar num momento particular — no último ano do mandato, apenas alguns meses antes das eleições europeias —, o que tornaria ainda mais importante assegurar a cooperação mais harmoniosa possível no seio da Comissão, com o Parlamento Europeu e com as demais instituições.

Durante este último ano do mandato da atual Comissão, tendo em conta os desafios inéditos decorrentes da pandemia, da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, das alterações climáticas e do aumento das tensões geopolíticas, estou determinada a contribuir plenamente para a agenda estratégica global da Comissão, em consonância com os esforços relativos à dupla transição ecológica e digital, e a promover a nossa sociedade inclusiva. Assim, estou empenhada em assegurar a execução efetiva dos programas da pasta e em garantir a transparência dos resultados, bem como em apoiar as próximas negociações orçamentais.

Compreendo que é exigido o mais elevado grau de independência no exercício das funções de membro do Colégio dos Comissários. Nos últimos dez anos, mantive uma independência estrita enquanto membro do Tribunal de Contas. No exercício das minhas funções, guiei-me exclusivamente pelo interesse geral europeu, atuando em conformidade com os Tratados, a regulamentação financeira e os procedimentos aplicáveis. Manterei estes padrões éticos de independência, integridade profissional e interesse geral. Atuarei apenas no interesse europeu, não aceitarei nem solicitarei instruções de qualquer governo ou outra instituição, órgão ou organismo, e honrarei o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia, nomeadamente as disposições sobre conflitos de interesses.

Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

2. De que modo avaliaria o seu papel como membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas ao Parlamento Europeu por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de acompanhamento efetivo das posições e dos pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento Europeu informações e documentos em pé de igualdade com o Conselho?

Considero que uma estreita cooperação com os colegisladores é essencial para uma gestão com êxito da pasta da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude. Como antiga deputada, guardarei sempre no coração a minha relação próxima com os deputados ao Parlamento Europeu. Trabalharei também em estreita colaboração com os demais membros do Colégio de Comissários.

Na carta de missão que me foi dirigida pela presidente Ursula von der Leyen, a transparência no processo político e o reforço da parceria especial com o Parlamento Europeu são apresentados como dois pilares fundamentais para a aplicação de políticas eficazes e para aumentar a confiança dos cidadãos no projeto europeu.

Se for nomeada, pautar-me-ei pelos mais elevados padrões de transparência, para garantir que cada euro gasto sob a minha responsabilidade seja devidamente contabilizado. É da maior importância para mim ser a guardiã do investimento eficiente nos domínios da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude.

Comprometo-me a ser totalmente responsável perante os representantes dos cidadãos europeu. Tal incluirá as iniciativas políticas da minha pasta, a execução orçamental dos programas, cuja dotação financeira agregada ultrapassa os 120 mil milhões de EUR no atual período de programação, e o comportamento do pessoal das correspondentes direções-gerais da Comissão e agências de execução.

A minha responsabilidade reflete-se em compromissos concretos. Assistirei pessoalmente a todas as sessões plenárias, reuniões de comissões e trilogos relevantes. Estabelecerei também procedimentos internos específicos entre o meu futuro gabinete e os serviços para garantir que todas as perguntas parlamentares sob a minha responsabilidade obtenham uma resposta em tempo útil.

Reconheço a importância da igualdade de acesso à informação para os colegisladores e instruirei as minhas equipas em conformidade. Estabelecerei canais regulares de comunicação com os presidentes, vice-presidentes e coordenadores das Comissões ITRE e CULT do Parlamento Europeu. De acordo com a prática já estabelecida, proporei sistematicamente reuniões com estes interlocutores-chave durante as sessões plenárias. Além disso, comprometo-me a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para estar disponível para reuniões solicitadas por deputados ao Parlamento Europeu. Tendo em conta o papel do Parlamento Europeu enquanto autoridade orçamental, prestarei especial atenção aos pontos de vista expressos pelas comissões BUDG e CONT relativamente à execução do Horizonte Europa e dos outros programas sob a minha responsabilidade.

Nos meus contactos com os deputados ao Parlamento Europeu, atuarei em conformidade com o quadro jurídico que reforça as relações entre a Comissão e o Parlamento Europeu, incluindo:

- o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, de 2010, que reforça a cooperação, a partilha de informações e o exercício do controlo democrático sobre as atividades da Comissão,
- o Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor, de 2016, que melhora a qualidade e a transparência do processo legislativo e reforça o papel do Parlamento Europeu na elaboração da legislação.

De igual modo, comprometo-me a trabalhar em estreita cooperação e de forma construtiva com o Parlamento Europeu no âmbito do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), incluindo por meio de uma presença ativa durante a preparação de resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE nas comissões parlamentares competentes. A este propósito, remeto para o compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen nas suas Orientações Políticas de responder a essas resoluções com um ato legislativo, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de legislar melhor.

Considero que será meu dever não só cumprir os requisitos destes textos, mas também reforçar de todas as formas possíveis a cooperação com o Parlamento Europeu.

No período que antecede as eleições europeias, adaptarei especificamente a minha comunicação, com o objetivo de fornecer informações claras e relevantes aos cidadãos europeus nos domínios pelos quais serei responsável.

No seio da Comissão, trabalharei de forma eficaz, conforme exigido pelos métodos de trabalho do atual Colégio, e envidarei esforços especiais para que todos os processos sob a minha alçada ultrapassem as fronteiras administrativas, envolvendo os membros relevantes do Colégio nos mesmos. Num contexto de sobreposição de crises, os desafios exigem uma ação simplificada e amplo apoio político. Com vista a aproveitar ao máximo os meses que restam até ao final do mandato, identificarei proativamente sinergias e estabelecerei pontes entre as áreas sob a minha responsabilidade e as demais políticas e serviços relevantes da Comissão.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

3. Quais são as principais prioridades políticas que tenciona levar a cabo no domínio que terá a seu cargo e que recai no âmbito de competências da Comissão ITRE, nomeadamente a investigação e a inovação? Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas, incluindo instrumentos financeiros, que se propõe levar a cabo para concretizar essas prioridades? Quais seriam os conteúdos principais e o calendário dessas iniciativas? Como tenciona aplicar na prática o princípio do «entra um, sai um» (One In, One Out) e o «princípio da inovação» em relação a quaisquer propostas legislativas abrangidas pela sua pasta?

Apesar do pouco tempo que resta até ao final deste mandato, acredito ser importante concentrarmo-nos nas iniciativas políticas e nas ações a executar, bem como identificar aquilo que é possível melhorar.

Se for nomeada, a minha primeira prioridade será salvaguardar a posição da Europa como líder mundial no domínio da ciência, da investigação e inovação, assegurando que cada euro do orçamento existente é utilizado da forma mais útil possível e, por conseguinte, incentivar investimentos e reformas mais fortes no domínio da investigação e inovação (I&I), sempre que necessário, e prosseguir a execução bem-sucedida do Horizonte Europa.

Concentrarei os meus esforços em colocar a UE na vanguarda da nova corrida tecnológica e aumentar a sua competitividade face ao aumento da concorrência económica. Para o efeito, pretendo recorrer a todos os instrumentos existentes com vista a atrair financiamento adicional, bem como procurar formas inovadoras de o fazer, como a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, que apoiará o desenvolvimento de tecnologias avançadas. Estou ansiosa por prosseguir os nossos esforços para concretizar o Pacto Ecológico Europeu e a transição digital. Neste contexto, é urgente desenvolver produtos que sejam sustentáveis desde a conceção. A título de medida concreta, apoiarei o futuro plano de ação coordenado com os Estados-Membros sobre materiais avançados, que será essencial para a nossa capacidade de coordenar ações e encontrar substitutos adequados. Perante o difícil contexto geopolítico atual, é imprescindível criar laços mais fortes com países que partilham as mesmas ideias, pelo que é fundamental associá-los a programas da União. Continuarei a desenvolver esforços para concluir as negociações em curso com uma série de parceiros internacionais estratégicos para a UE.

Ao mesmo tempo, seguirei o princípio de que promover a cooperação com os nossos parceiros internacionais reforçará também a nossa segurança económica e tecnológica. A estratégia da UE para a cooperação internacional em matéria de investigação e inovação proporciona um quadro político sólido para encontrar o equilíbrio certo entre apoiar a abertura à cooperação internacional e garantir a salvaguarda dos interesses estratégicos e da autonomia da UE.

Continuarei também a executar a Nova Agenda Europeia para a Inovação, com o objetivo de posicionar a Europa na vanguarda da nova vaga de inovação de tecnologia profunda, através de ações específicas de financiamento de empresas em expansão, experimentação, reforço dos ecossistemas de inovação e redução da clivagem no domínio da inovação, promoção, atração e retenção de talentos, bem como melhoria dos instrumentos de definição de políticas, assegurando simultaneamente que nenhuma pessoa ou região é deixada para trás.

Apesar dos progressos já realizados na redução da clivagem no domínio da investigação e inovação, são ainda necessários esforços para maximizar os efeitos das medidas de alargamento da participação adotadas até à data. Embora o Horizonte Europa seja um programa competitivo, o resultado cumulativo da procura da excelência e do alargamento da participação deve ser o de assegurar que a UE possa competir a nível mundial da forma mais inclusiva e sustentável

possível. Por conseguinte, concentrarei os meus esforços na prossecução de uma abordagem mais holística para enfrentar este desafio durante o tempo que resta do mandato.

É crucial criar um Espaço Europeu da Investigação em que os investigadores, o conhecimento científico e a tecnologia circulem livremente. Neste contexto, a execução do pacote relativo às carreiras de investigação será também uma prioridade para mim. Promoverei a aplicação da futura Recomendação do Conselho sobre as carreiras de investigação, atualmente em discussão no Conselho, criando o observatório das carreiras de investigação e inovação, desenvolvendo um novo paradigma para a avaliação da investigação e adotando uma ação-piloto para jovens investigadores.

Outra das prioridades a que me dedicarei será o reforço do papel da ciência e do aconselhamento científico na definição de políticas, a todos os níveis, promovendo uma cultura de elaboração de políticas baseada em dados concretos, melhorando a comunicação da investigação científica, e dos respetivos resultados, aos decisores políticos de forma clara, acessível e atempada. O Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão e o Mecanismo de Aconselhamento Científico, que se inserem no âmbito de competências da pasta, fornecem conhecimentos científicos independentes e baseados em dados concretos, apoiando as políticas da UE com um impacto positivo na sociedade.

Como parte do conjunto de instrumentos para legislar melhor, o princípio da inovação é aplicado em toda a Comissão para garantir que a nova legislação é concebida tendo em mente a inovação. Subscrevo inteiramente a sua aplicação e, se for nomeada, assegurarei que as propostas legislativas sob a minha alçada respeitem este princípio, sempre que necessário.

Para concretizar todas estas prioridades, basear-me-ei nos resultados dos programas-quadro de investigação e inovação da UE: o atual Horizonte Europa e o seu antecessor, o Horizonte 2020.

A avaliação intercalar do Horizonte Europa e a avaliação retrospectiva do Horizonte 2020 serão instrumentos essenciais a este respeito, uma vez que nos permitirão fazer um balanço do que está a funcionar bem e do que se pode melhorar e servirão de base para o desenvolvimento do próximo programa-quadro de investigação e inovação. Por exemplo, um dos domínios importantes onde vejo margem para melhorias diz respeito às medidas de simplificação introduzidas a fim de atrair recém-chegados e pequenas e médias empresas (PME) para o Horizonte Europa. É necessário reduzir os encargos administrativos sempre que possível. Neste contexto, apoio plenamente o novo princípio «entra um, sai um», adotado pela atual Comissão, muito embora a maior parte das minhas iniciativas no restante mandato venham a ser propostas não legislativas.

Trabalharei igualmente no reforço das parcerias para a inovação regional e da Missão Novo Bauhaus Europeu proposta.

Estou empenhada em cooperar plenamente com o Parlamento Europeu, em particular com a Comissão ITRE, bem como com os Estados-Membros, a comunidade de investigação e a sociedade civil. Esforçar-me-ei por fazer dessa cooperação um verdadeiro exemplo de como os esforços conjuntos em matéria de investigação e inovação podem impulsionar-nos para um futuro sustentável, justo e próspero.

4. O Horizonte Europa é uma parte essencial do panorama europeu da investigação e inovação, uma vez que estimula a mobilidade dos investigadores e incentiva sinergias no plano do financiamento para enfrentar os desafios globais e promover a inovação. Todavia, os primeiros anos de execução do Horizonte Europa evidenciaram que o programa está significativamente subfinanciado, uma vez que 71 % de propostas excelentes do ponto de vista científico não puderam receber apoio devido à falta de recursos. Ao mesmo tempo, as novas iniciativas propostas pela Comissão dependem frequentemente do financiamento a título do Horizonte Europa, exercendo assim uma maior pressão sobre os recursos limitados do programa. Como tenciona garantir que o Horizonte Europa disponha de uma dotação financeira que satisfaça as necessidades da comunidade de investigação da UE e seja capaz de financiar um maior número de projetos de excelência?

Constato e saúdo o facto de o Parlamento Europeu reconhecer continuamente a importância de apoiar a investigação e a inovação e defender o orçamento do programa-quadro.

Estou ciente de que o orçamento disponível apenas permitirá financiar 30 % das propostas de elevada qualidade, mesmo que tal represente uma ligeira melhoria em relação ao Horizonte 2020 (25 %). Teria sido necessário um montante adicional de 34 mil milhões de EUR para financiar todas as propostas de elevada qualidade apresentadas. É evidente para mim que, mesmo tratando-se do maior programa de financiamento público da investigação e inovação existente em todo o mundo, o Horizonte Europa não pode, por si só, colmatar o défice de financiamento que observamos há muitos anos. É por isso que, se for nomeada, envidarei todos os esforços para explorar todas as fontes de financiamento possíveis, desde sinergias com outros programas no âmbito do atual quadro financeiro plurianual (QFP) até à captação de fontes nacionais ou privadas adicionais.

Por exemplo, a transferência de fundos poderia ser uma solução para satisfazer as necessidades da comunidade de investigação da UE e financiar um maior número de projetos excelentes. Esta possibilidade permite aos Estados-Membros transferir até 5 % dos fundos da política de coesão para apoiar propostas do Horizonte Europa, estimula projetos nos domínios de especialização inteligente dos países, permite um apoio mais eficaz à inovação e preserva a capacidade administrativa dos países. Até à data, apenas dois países previram utilizar esta possibilidade e eu continuarei a apoiar esta boa prática.

Outra possível forma de atrair financiamento é a associação de países que partilham as mesmas ideias, que aumentou ainda mais o orçamento do Horizonte Europa, uma vez que, em princípio, todos os países associados contribuem financeiramente, em conformidade com as regras para a sua participação no programa. Podemos também explorar as possibilidades de atrair financiamento privado através da preparação das dez novas parcerias que serão propostas em 2024.

Dado que a resiliência incorporada tem os seus limites, foram recentemente propostas novas soluções para o Horizonte Europa no âmbito da revisão do QFP, como a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP).

Num contexto semelhante, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) oferece até 48 mil milhões de EUR de financiamento adicional para investimentos e reformas relacionadas com a investigação e inovação.

É claro para mim que, dada a necessidade de a UE responder a uma série de desafios sem precedentes e no presente contexto geopolítico, as atuais possibilidades no âmbito do QFP foram ampliadas. Até agora, ainda que com algumas dificuldades, conseguimos contar com a agilidade e a flexibilidade incorporadas no Programa Horizonte Europa para responder a eventos inesperados e prioridades emergentes.

É importante notar que a contribuição do Horizonte Europa para necessidades emergentes está totalmente em conformidade com os objetivos do programa e diz respeito apenas à componente de I&I de eventuais prioridades emergentes, por exemplo, a Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA), o Regulamento Circuitos Integrados, proposto no intuito de ultrapassar as tensões nas cadeias de abastecimento internacional de circuitos integrados, ou o Programa Conectividade Segura da União, que visa garantir que a Europa tem um papel a desempenhar na próxima geração de comunicações seguras. Insistirei, sempre que for o caso, em que estas contribuições do Horizonte Europa para suprir necessidades de I&I críticas tenham em conta todos os pontos de vista relevantes e sejam visíveis e amplamente reconhecidas.

Em todo o caso, assegurarei que um financiamento ambicioso, estável e sustentável seja gasto da forma mais económica, eficaz e eficiente possível, de modo que chegue aos investigadores e às empresas, especialmente às PME, e ponha os cidadãos no centro destes objetivos.

5. Se considerarmos realmente que a UE deve alcançar a sua autonomia estratégica aberta e ser competitiva a nível mundial, devemos criar as condições para estimular a investigação fundamental e a sua ligação ao processo de inovação. Uma das maiores histórias de sucesso dos dois programas-quadro anteriores é o Conselho Europeu de Investigação (CEI), que apoia os cientistas europeus mais eminentes. Embora grande parte da responsabilidade caiba aos Estados-Membros, o Conselho Europeu de Investigação deve desempenhar um papel importante na resposta aos desafios atuais, introduzindo uma maior concorrência a nível europeu no que toca ao financiamento da investigação fundamental e dos investigadores. Que papel deve desempenhar o CEI para enfrentar os desafios atuais e futuros e o que deve ser feito para aumentar o número de investigadores, em especial mulheres, estabelecidos na UE? Como tenciona encontrar o equilíbrio certo ao longo de toda a cadeia de valor, desde a investigação científica fundamental a ações próximas do mercado e ações que funcionem como alavanca, tanto em projetos individuais como em projetos colaborativos?

A investigação fundamental é a chave para promover a autonomia estratégica da UE, aumentando a capacidade desta para atrair os melhores cientistas e se tornar um centro mundial de excelência neste domínio.

O Conselho Europeu de Investigação (CEI) é o principal financiador europeu da investigação de fronteira. Com um orçamento superior a 16 mil milhões de EUR no âmbito do pilar I «Excelência Científica» do Horizonte Europa, o Conselho Europeu de Investigação financia os melhores e mais criativos investigadores, de qualquer nacionalidade e idade, para que executem projetos (principalmente baseados na Europa) de investigação científica pioneira.

Comprometo-me plenamente a continuar a apoiar o papel crucial que o Conselho Europeu de Investigação desempenha para que a UE continue a ser uma potência científica no mundo atual.

As atividades de investigação financiadas pelo Conselho Europeu de Investigação abordam os principais desafios globais, incluindo projetos sobre tecnologia limpa, computação quântica, adaptação às alterações climáticas e inteligência artificial, entre outros.

Para que o Conselho Europeu de Investigação continue a apresentar projetos da mais elevada qualidade, precisa de atrair e reter os melhores talentos, em instalações que disponibilizem equipamentos e tecnologias de ponta à comunidade de investigação. Se for nomeada, trabalharei em conjunto com os Estados-Membros para assegurar que sejam tomadas todas as medidas necessárias para garantir um financiamento adequado, criar condições atrativas para os nossos investigadores e desenvolver mais infraestruturas de investigação adequadas.

A conclusão do pacote de medidas para fazer avançar o desenvolvimento do Espaço Europeu da Investigação, o apoio ao diálogo com os Estados-Membros nos seus esforços para atingir a meta de investimento de 3 % do PIB em investigação e inovação (I&I), bem como a adoção de medidas para reforçar a liberdade académica são exemplos de como podemos trabalhar em conjunto, ajudando a criar incentivos para atrair diplomados e aumentar o número de investigadores.

É igualmente importante assegurar um bom equilíbrio entre os diferentes tipos de investigação e de participantes e creio que o Conselho Europeu de Investigação está bem posicionado para financiar uma variedade de projetos a diferentes níveis de tecnologia e maturidade, cobrindo assim toda a cadeia de valor através do processo de planeamento estratégico.

Para tornar os temas de investigação individuais menos prescritivos e orientados para o impacto, as subvenções de investigação de fronteira do Conselho Europeu de Investigação funcionam numa abordagem ascendente, sem prioridades predeterminadas. Além disso, é promovida a continuidade com o Conselho Europeu da Inovação, visto que os projetos de transição deste dão seguimento aos resultados das provas de conceito do Conselho Europeu de Investigação.

A percentagem de mulheres entre os investigadores principais do Conselho Europeu de Investigação aumentou de 28,1 % no âmbito do Horizonte 2020 para os atuais 31,8 % no âmbito do Horizonte Europa, o que revela alguns progressos, mas também que ainda há espaço para melhorias. No âmbito do Horizonte Europa, os beneficiários de subvenções do Conselho Europeu de Investigação devem tomar todas as medidas para promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na execução da ação e visar um equilíbrio de género a todos os níveis do pessoal afetado à ação, incluindo a nível de supervisão e gestão, tal como estabelecido no modelo de convenção de subvenção utilizado para as ações do Conselho Europeu de Investigação. Os investigadores principais do Conselho Europeu de Investigação também devem avaliar a relevância de integrar a análise de questões de sexo e género na sua investigação.

Apoiarei plenamente a realização dos principais objetivos estratégicos do Conselho Europeu de Investigação para explicar o valor acrescentado de todos os tipos de investigação que contribuem para enfrentar questões sociais, económicas, ambientais e políticas. Encorajarei ativamente as formas mais eficientes de comunicar o modo como as conquistas científicas melhoram, direta ou indiretamente, a vida dos cidadãos europeus.

6. Nos termos do artigo 179.º do TFUE, a União tem por objetivo realizar o Espaço Europeu da Investigação e promover a sua competitividade. Que medidas e, eventualmente, iniciativas legislativas se propõe promover para contribuir para a realização do espaço europeu da investigação e permitir que a UE se posicione como um parceiro de excelência na cena mundial? Que iniciativas devem ser tomadas para permitir que os Estados-Membros introduzam reformas estruturais para criar um continente em que a investigação e a inovação prosperem em toda a UE? De que meios concretos tenciona socorrer-se para atrair talentos a nível mundial para a UE e reduzir a «fuga de cérebros»?

Apoio plenamente a ideia de criar um continente onde a investigação e a inovação floresçam em todos os territórios da UE. É exatamente este o Espaço Europeu da Investigação (EEI) que gostaria de ver realizado, onde os investigadores, o conhecimento científico e a tecnologia circulam livremente.

Concentrarei os meus esforços na resolução de um dos principais obstáculos à sua conclusão, a saber, a fragmentação dos sistemas nacionais de investigação e inovação. O Pacto para a Investigação e Inovação é a resposta que estabelece áreas prioritárias para a ação conjunta, e a

Agenda Estratégica do EEI para 2022-2024 traduz estas prioridades em ações concretas, atualmente em execução. Estas ações abrangem um amplo espectro de domínios, tais como a ciência aberta, a avaliação da investigação, as carreiras, a igualdade de género e a inclusividade, a liberdade académica, as infraestruturas de investigação, o hidrogénio e a transição ecológica, a aproximação da ciência aos cidadãos e a melhoria do acesso à excelência.

Se for nomeada, apoiarei um processo de governação do EEI eficiente e transparente, através do Fórum do EEI, que reúne os Estados-Membros, os países associados e as partes interessadas, e manter-me-ei recetiva a explorar todas as vias possíveis para acelerar a realização do EEI.

Em relação às reformas estruturais, a melhoria do desempenho global da UE em matéria de investigação e inovação exige abordagens adequadas à finalidade, tendo em conta os diferentes contextos dos Estados-Membros. A UE dispõe de vários instrumentos. Temos de continuar a apoiar os Estados-Membros nas suas reformas nacionais, por exemplo através do Semestre Europeu e do Mecanismo de Apoio às Políticas.

No que respeita à atração de talentos e à redução da fuga de cérebros, acredito na abertura e na circulação de talentos como formas de promover as melhores ideias e garantir que os cientistas possam difundir a excelência e a inovação. No entanto, também observamos que a UE e muitos Estados-Membros ou regiões da UE enfrentam uma situação desequilibrada e não estão a conseguir manter os talentos que ajudaram a formar, assistindo à saída de investigadores, que não são substituídos. Almejo a que o nosso continente continue a ser atrativo para realizar investigação e inovação de excelência em todos os lugares. Para o efeito, são tomadas ações no âmbito do Horizonte Europa, em especial as medidas de alargamento da participação, o Semestre Europeu, o Mecanismo de Apoio às Políticas e a Agenda Estratégica do EEI.

No âmbito do Horizonte Europa, as ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) representaram cerca de metade do número total de participações de organizações de países terceiros no Horizonte 2020. Os primeiros dados relativos ao Horizonte Europa confirmam também que as MSCA continuam a atrair fortemente talentos e organizações de I&I de países terceiros, tal como salientado pelo facto de 38 % dos investigadores individuais selecionados para bolsas de pós-doutoramento serem de países não pertencentes à UE.

Para serem eficazes e amplamente aceites, as soluções propostas têm de refletir os pontos de vista e os compromissos da comunidade de I&I, cujos membros desejarei certamente ouvir, assegurando que é dada ênfase ao aproveitamento do talento na Europa graças ao aumento da atratividade das carreiras nos domínios da ciência e da inovação.

Comprometo-me a prosseguir os trabalhos relativos aos instrumentos de apoio à aplicação da Recomendação do Conselho sobre as carreiras de investigação, no que se inclui a proposta de um quadro europeu para as carreiras de investigação, um quadro de competências, uma plataforma de talentos do EEI que funcione como balcão único, exercícios de aprendizagem mútua para os Estados-Membros e um novo observatório de carreiras de investigação e inovação que está a ser desenvolvido em conjunto com a OCDE. O acordo sobre a reforma da avaliação da investigação complementa estas medidas.

As prioridades da Nova Agenda Europeia para a Inovação incluem ações específicas sobre a atração e a retenção de talentos, bem como sobre a aceleração e o reforço da inovação nos ecossistemas europeus de inovação em toda a UE e a redução da clivagem no domínio da inovação. Um dos seus elementos centrais é a criação de vales regionais de inovação, promovendo colaborações concretas entre territórios mais e menos avançados em toda a UE, com uma ênfase clara em áreas prioritárias que são fundamentais para a competitividade da Europa.

Aguardo com expectativa o apoio contínuo do Parlamento Europeu a iniciativas como o «Encontro entre a Ciência e as Regiões», concretizada com o apoio dos nossos serviços e do JRC e em consulta com o Comité das Regiões Europeu.

7. Como tenciona assegurar a coordenação e interação com os comissários responsáveis por áreas políticas com uma importante componente em matéria de investigação, como a política industrial da UE, a política digital da UE, a política de defesa da UE, a política climática da UE, a política de transportes da UE, a política marítima da UE ou a política espacial da UE?

Acredito firmemente no trabalho em equipa. Por conseguinte, tenciono colaborar com os meus futuros colegas do Colégio de forma aberta e honesta, em consonância com o princípio da colegialidade.

Se for nomeada, trabalharei em estreita colaboração com os membros do Colégio pertinentes, para garantir que todo o potencial da política de investigação e inovação seja aproveitado a fim de alcançar os objetivos políticos da UE. Trabalharei arduamente para garantir que as políticas da UE, em qualquer domínio, se baseiem em conhecimentos de ponta, nomeadamente os gerados pela investigação financiada pelos programas de investigação e inovação (I&I) da UE e pelo JRC. Mais especificamente:

- farei a minha parte para concretizar o Pacto Ecológico Europeu, sabendo perfeitamente o papel crucial que a I&I tem na aceleração da transição para uma economia com impacto neutro no clima. Recorrendo aos diferentes instrumentos à nossa disposição, assegurarei que o Horizonte Europa continue a desempenhar um papel essencial na promoção de uma execução bem-sucedida do pacote Objetivo 55,
- continuaremos a trabalhar com o Conselho Europeu da Inovação na Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, contribuindo para a competitividade e a resiliência da UE em setores estratégicos de I&I,
- prosseguiremos a execução da Estratégia Europeia para as Universidades e o reforço das competências digitais e trabalharemos em estreita colaboração no apoio à reconstrução da Ucrânia nos setores da educação e da investigação,
- trabalharemos também em estreita colaboração para apoiar a transição digital e a preparação da indústria e do mercado único da UE para o futuro, alcançando a liderança digital e a soberania tecnológica através do investimento em tecnologias digitais fundamentais, como os semicondutores e a inteligência artificial, bem como na próxima fronteira tecnológica. Tendo em conta o atual contexto geopolítico, a coordenação entre a investigação civil e de defesa financiada pela União, bem como a cooperação internacional em matéria I&I, é vital para promover e proteger os interesses da UE,
- apresentaremos este ano um Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas revisto, a fim de o adaptar ao novo contexto político estabelecido pelo REPowerEU e pelo Regulamento Indústria de Impacto Zero. Também cooperaremos estreitamente no respeitante às outras ações de I&I associadas ao REPowerEU, nomeadamente o futuro roteiro para os vales de hidrogénio,
- continuaremos a aproveitar as oportunidades de inovação criadas pela crescente necessidade de transportes limpos e pela crescente procura de soluções de mobilidade conectada e automatizada,
- gostaria de contribuir para reforçar o trabalho em matéria de saúde mental, incluindo dos jovens, bem como da saúde mental dos jovens sobreviventes de cancro, nomeadamente no contexto da Missão da UE de Luta contra o Cancro.

Por último, creio que é da maior importância aplicar uma abordagem integrada a todos estes domínios de intervenção. Neste contexto, o JRC assume um papel central: graças às suas carteiras multidisciplinares, a nossa plataforma científica poderá utilizar o seu poder agregador, baseado em provas científicas, para reunir as direções-gerais responsáveis pela definição de políticas com vista a uma melhor integração das propostas políticas nesses domínios. Desta forma, apoiará a agenda da Comissão de uma forma coordenada e intersetorial.

8. No contexto da ambiciosa agenda da Comissão para o clima, como tenciona velar por que o Horizonte Europa cumpra os requisitos de integração das questões climáticas e contribua para a meta de neutralidade climática para 2050?

Estou firmemente empenhada em dedicar 35 % do orçamento do Horizonte Europa à ação climática. Trata-se não só de um requisito jurídico, mas também de uma prioridade política fundamental, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, que visa a neutralidade climática da UE até 2050. Este objetivo reflete igualmente o compromisso da UE para com a ação climática mundial no âmbito do Acordo de Paris.

Todos os setores da sociedade e da economia beneficiarão dos investimentos em investigação, que conduzirão a soluções inovadoras, desde o setor da energia até aos setores da indústria, da mobilidade, dos edifícios, da agricultura, da alimentação, da silvicultura e outros setores da bioeconomia.

O Horizonte Europa estabeleceu um sistema permanente de estimativa *ex ante* das despesas relacionadas com a ação climática, que permite à Comissão acompanhar e orientar os programas de trabalho bianuais e garantir que seja reservado um orçamento suficiente para a ação climática. De acordo com o mais recente relatório anual em matéria de investigação e inovação, 34 % das despesas realizadas no âmbito do orçamento de 2021 estavam relacionadas com a ação climática. Para os exercícios orçamentais de 2022-2024, a estimativa *ex ante* é ligeiramente superior a 35 %.

Estou empenhada em garantir a intensificação dos esforços para cumprir o objetivo de 35 %. Especificamente, o segundo plano estratégico do Horizonte Europa para 2025-2027 integrará os ensinamentos retirados dos primeiros anos e orientará as ações no sentido de cumprir o objetivo de 35 %. Se for nomeada, trabalharei com os serviços sob a minha responsabilidade a fim de acompanhar de perto o estado de execução desta meta, utilizando uma metodologia sólida e disponibilizando os dados em linha de forma facilmente acessível ao público. Um estudo financiado pelo Horizonte Europa sobre uma agenda de investigação e inovação a longo prazo com vista à neutralidade climática até 2050 (LTR 2050) fornecerá um modelo para a priorização de ações de I&I, centrando-se em tecnologias e soluções inovadoras com emissões de carbono baixas/nulas.

As parcerias e missões europeias no âmbito do Horizonte Europa contribuem significativamente para o Pacto Ecológico e a ação climática. Prevê-se que 67 % dos recursos coletivos das 49 parcerias apresentadas no primeiro plano estratégico do Horizonte Europa sejam atribuídos à I&I, contribuindo para os objetivos do Pacto Ecológico, o que representa um aumento de 38 % em relação ao Horizonte 2020.

Quatro das cinco missões da UE em curso no âmbito do Horizonte Europa são dedicadas a enfrentar desafios associados ao Pacto Ecológico: Adaptação às Alterações Climáticas; Pacto Europeu para os Solos; Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes; Recuperar os Nossos Oceanos e Águas. A Missão Novo Bauhaus Europeu proposta também contribuirá para os objetivos climáticos.

O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) contribui para as prioridades políticas da União em matéria de ação climática — por exemplo, através da Comunidade de Conhecimento e Inovação (CCI) em matéria de Clima do EIT — e assegurar-me-ei de que continuará a fazê-lo ativamente, acelerando a inovação e integrando os mundos da educação, das empresas e da investigação.

Desde 2021, as ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) têm uma Carta Verde, que promove a execução sustentável das atividades de investigação. A Carta Verde das MSCA é um código de boas práticas para indivíduos e instituições que recebem financiamento das MSCA. Espera-se que todos os participantes envidem os seus melhores esforços para aderir à Carta Verde e se comprometam a respeitar o maior número possível das suas disposições durante a execução dos respetivos projetos. Assegurarei que tais boas práticas sejam partilhadas e seguidas por mais participantes em todos os pilares do programa.

Estou convicta da necessidade de ligar a investigação, os setores industriais e os demais intervenientes que criarão um forte impulso para as soluções inovadoras, tão urgentemente necessárias para alcançar os nossos objetivos climáticos até 2050, e empenhada em concretizar essa ligação.

9. Os programas-quadro anteriores estavam abertos à associação dos países vizinhos da UE, ao passo que o Horizonte Europa também oferece a possibilidade de associar países situados em qualquer parte do mundo que tenham boas capacidades no domínio da ciência, tecnologia e inovação e que partilhem valores comuns com a UE. Para além dos países com os quais estão em curso negociações ou com os quais já foram finalizadas negociações, a que outros países tenciona propor acordos de associação? Qual é a sua abordagem relativamente aos acordos de associação no âmbito do Horizonte Europa em geral? A este respeito, como tenciona assegurar que o direito de aprovação que assiste ao Parlamento não seja contornado através de decisões tomadas por órgãos (comissões mistas) criados por esses acordos? Em particular, como tenciona responder à posição clara e coerente do Parlamento, segundo a qual esses acordos devem ser estruturados de forma a permitir que o Parlamento dê a sua aprovação a futuras associações ao abrigo dos acordos? Qual é a sua abordagem relativamente a outras formas de cooperação com países terceiros?

Estou convencida do valor acrescentado da cooperação internacional num mundo em rápida mudança e que nos apresenta tantos desafios. Considero também que a abordagem global da UE em matéria de investigação e inovação deve continuar a ser constituída por dois elementos principais. Em primeiro lugar, abertura ao mundo, que permite aos investigadores e inovadores europeus maximizarem a interação com os melhores cérebros à escala mundial e o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes. Em segundo lugar, atividades específicas orientadas pela UE, baseadas na preservação dos interesses estratégicos da UE, na reciprocidade e no respeito de valores e princípios fundamentais.

Muito recentemente, a Comissão e a Nova Zelândia assinaram o Acordo de Associação sobre a participação da Nova Zelândia no Horizonte Europa, que será celebrado assim que o Parlamento Europeu dê a sua aprovação. Em conformidade com os compromissos anteriormente assumidos durante o mandato desta Comissão, a associação do Canadá, da Coreia do Sul e do Japão estará entre os objetivos a atingir no período remanescente desse mandato.

Relativamente ao Reino Unido, estão em curso conversações entre a Comissão e o Reino Unido para encontrar uma base comum sobre algumas questões pendentes antes de se poder considerar uma associação plena ao Horizonte Europa, e espero sinceramente que se chegue a

um acordo em breve. As negociações com a Suíça serão também uma prioridade para mim, no contexto das conversações exploratórias em curso sobre o futuro da relação global UE-Suíça.

Reconheço plenamente as preocupações do Parlamento Europeu relativas aos acordos de associação com países terceiros que partilham as mesmas ideias e que são abrangidos pelo artigo 16.º, n.º 1, alínea d), do Regulamento Horizonte Europa (como as Ilhas Faroé e a Nova Zelândia), em especial no que diz respeito à forma como o Parlamento Europeu participará na adoção de futuros acordos de associação semelhantes ao abrigo do acordo-quadro. O acordo-quadro cria um Comité Misto com poderes para potencialmente associar o país em causa a novos programas da União. Dado o seu papel de colegislador nos termos dos Tratados, o Parlamento Europeu participou na conceção do Horizonte Europa, o atual programa-quadro de investigação e inovação (I&I). O Regulamento que estabelece o Horizonte Europa define claramente os termos e condições da participação de países terceiros em programas da UE, incluindo os requisitos em matéria de contribuição financeira.

Tendo isto em consideração e de acordo com o atual quadro legislativo, assegurarei a máxima transparência em relação a ambos os colegisladores no processo de negociação e conclusão de acordos de associação ao Horizonte Europa. Se for nomeada, zelarei por que os serviços sob a minha responsabilidade continuem a partilhar com o Parlamento Europeu as recomendações da Comissão no sentido de lançar negociações, as propostas da UE de projetos de texto de acordos de associação ao Horizonte Europa (antes que sejam levados à mesa de negociações) e os textos consolidados dos acordos iniciados pelo negociador da União. Estou disposta e receptiva a trabalhar em conjunto com o Parlamento Europeu, de forma proativa e a todos os níveis adequados. Também estou disponível para ouvir eventuais preocupações e encontrar uma forma de avançar no âmbito do Tratado e do quadro jurídico interinstitucional em vigor.

Relativamente a outros países terceiros, considero que a abertura na cooperação internacional deve ser equilibrada com a salvaguarda dos interesses e valores da UE. Tal é exigido pelos Tratados e está em consonância com a abordagem global da UE em matéria de I&I. O multilateralismo e a abertura intencional podem andar a par com a promoção de condições de concorrência equitativas e da reciprocidade com base em valores fundamentais e em condições de enquadramento comuns na cooperação em matéria de I&I. Considero que a UE possui instrumentos adequados para salvaguardar os seus interesses e reforçar a sua posição no mundo, nomeadamente os instrumentos disponíveis ao abrigo do Regulamento Horizonte Europa, como o artigo 22.º, n.º 5, que permite limitar a participação em ações relacionadas com os ativos estratégicos, os interesses, a autonomia ou a segurança; o artigo 22.º, n.º 6, que permite estabelecer critérios de elegibilidade adicionais para ter em conta imperativos políticos específicos; e o artigo 40.º, n.º 4, que prevê o direito de oposição à transferência da propriedade e à concessão de licenças exclusivas.

10. A Ucrânia é um membro valioso da comunidade internacional de investigação e um parceiro forte da UE no domínio da investigação. Como tenciona mobilizar novas oportunidades de financiamento concretas para o setor da investigação e inovação ucraniano, a fim de restaurar as infraestruturas de investigação da Ucrânia e prestar apoio específico aos cientistas e investigadores que permanecem na Ucrânia?

Se for nomeada, o apoio aos investigadores ucranianos continuará no topo da minha lista de prioridades, prosseguindo e inspirando-me em iniciativas em curso. Já foram lançadas iniciativas especiais no âmbito das ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), do Conselho Europeu de Investigação (CEI) e do Programa Científico «A Fronteira Humana» (HFSP). Tais ações apoiam concretamente os investigadores deslocados da Ucrânia no seu trabalho.

Em fevereiro deste ano, a Comissão anunciou os resultados do programa de bolsas MSCA4Ukraine, que fez parte das ações Marie Skłodowska-Curie e foi criado para apoiar investigadores deslocados da Ucrânia. O programa permite às organizações acolher estes investigadores por períodos de oito meses a dois anos. Congratulo-me particularmente com o facto de o programa prever que, uma vez que as condições o permitam, os investigadores selecionados possam restabelecer-se na Ucrânia para ajudar a reconstruir e salvaguardar a capacidade de investigação e inovação (I&I) do país. O apoio disponível permitir-lhes-á manter ligações com as respetivas comunidades de investigação e inovação, realizar estágios de investigação e desenvolver novos projetos.

A Comissão apoia igualmente a capacidade de inovação da Ucrânia através de uma ação específica do Conselho Europeu da Inovação, no valor de 20 milhões de EUR, para empresas de tecnologia profunda em fase de arranque na Ucrânia, que será lançada muito em breve. O programa «Jumpstarter» do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) foi adotado com êxito na Ucrânia, ajudando empresas em fase inicial de arranque a desenvolverem as suas ideias de negócio através de orientação e de eventos de apresentação de propostas. A iniciativa «Girls Go Circular» prestou formação a cerca de 300 raparigas ucranianas que frequentam o ensino secundário, centrando-se em competências digitais e empresariais relacionadas com a economia circular.

Pretendo ainda manter o portal ERA4Ukraine, um balcão único para apoiar investigadores da Ucrânia e que atraiu mais de 120 mil visitantes, e a iniciativa Science4Refugees do EURAXESS, através da qual foram publicadas mais de 4 800 ofertas de emprego a tempo parcial e integral.

No que respeita à futura reconstrução da Ucrânia, os conhecimentos científicos, as abordagens inovadoras e as novas tecnologias ajudarão a reconstruir infraestruturas de transportes, de energia e de habitação modernas. Será igualmente necessário reconstituir as infraestruturas de investigação ucranianas para garantir o aproveitamento do talento no país e contribuir para um futuro sustentável da Ucrânia. A Ucrânia procura atualmente a cooperação na I&I em setores estratégicos, e tenciono alargar o âmbito dessa cooperação, em primeiro lugar e acima de tudo, através da rápida criação do gabinete do Horizonte Europa em Kiev. Assegurarei igualmente a criação de um polo do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, tendo em conta o papel crucial da inovação na reconstrução.

Embora o JRC não tenha a possibilidade de mobilizar fundos, pode contribuir para a conceção de oportunidades de financiamento que se baseiem no trabalho de longa data que a Comissão tem desenvolvido com a Ucrânia.

Dado que numerosas infraestruturas de investigação na Ucrânia estão destruídas, antevejo ainda que o programa do JRC possa desempenhar um papel no sentido de proporcionar um acesso aberto às suas infraestruturas de investigação de ponta, para que sirvam de ponte para os investigadores ucranianos continuarem/avançarem a sua investigação em determinadas áreas.

A comunidade do Novo Bauhaus Europeu tem apoiado os ucranianos desde o início, combinando ações de emergência com a satisfação de necessidades de longo prazo, a fim de fornecer ajuda tangível e prática para a reconstrução das comunidades locais e melhorar as competências e os conhecimentos dos intervenientes ucranianos.

11. O reduzido envolvimento de investigadores dos países abrangidos pelo alargamento da participação no Horizonte Europa é um problema persistente do programa. Na sua opinião, quais são os principais fatores subjacentes a este desafio? De que forma continuará a incentivar os intervenientes abrangidos pelo alargamento a participarem no Horizonte Europa e a permitir que melhorem as capacidades regionais e locais de I&I?

O Parlamento Europeu desempenhou um papel crucial durante as negociações do Regulamento Horizonte Europa, apoiando o reforço da percentagem dedicada ao alargamento da participação, que aumentou para 3,3 %, em comparação com cerca de 1 % no Horizonte 2020. Tal foi complementado por várias novas medidas destinadas a facilitar o acesso às redes de investigação, por exemplo o mecanismo de adesão a ações em curso.

As estatísticas mais recentes mostram que os países abrangidos pelo alargamento da participação estão a ter mais sucesso graças às medidas tomadas. As taxas de sucesso das candidaturas aumentaram de 13,2 % no Horizonte 2020 para 20,3 % no Horizonte Europa. O retorno financeiro melhorou de 7,2 % no Horizonte 2020 para os atuais 13,1 %.

No entanto, para superar as disparidades que persistem, é preciso fazer muito mais, pelo que entendo que o processo de alargamento da participação deve ser mais do que apenas uma série de ações para resolver a clivagem no domínio da investigação e inovação. Trata-se de um esforço constante que exige que todas as partes envolvidas, os Estados-Membros em causa, a Comissão, a comunidade de investigação e as demais partes interessadas continuem a realizar as reformas estruturais necessárias, criem o ambiente adequado e assegurem infraestruturas e financiamento para os investigadores.

Se for nomeada, prestarei especial atenção ao baixo envolvimento de investigadores dos países abrangidos pelo alargamento da participação, por exemplo, através de medidas como formação orientada, a melhoria da qualidade das propostas, o acesso de parceiros dos países abrangidos pelo alargamento da participação a consórcios selecionados, o apoio à garantia da sustentabilidade dos centros de excelência e a procura de formas de os integrar melhor nas redes europeias.

Além disso, encorajarei também os Estados-Membros a apoiarem projetos de elevada qualidade que sejam reconhecidos através do selo de excelência, que não podem ser financiados pelo Horizonte Europa devido a restrições orçamentais. Nestes casos, os Estados-Membros podem mobilizar fundos de outros programas da UE, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ou programas nacionais e regionais para maximizar as oportunidades de propostas excelentes.

Uma vez que as situações de cada país são diferentes, o alargamento da participação pode ser abordado no âmbito do diálogo reforçado: um intercâmbio personalizado com os Estados-Membros. As atividades orientadas levadas a cabo nos Estados-Membros a fim de aumentar a sua participação revelaram-se eficazes e devem continuar. Incentivarei ainda o acompanhamento regular do fluxo de informação, que deverá mostrar onde precisamos de esforços direcionados e de melhores campanhas de informação. Assegurarei a qualidade e a tempestividade da informação a divulgar de forma equitativa entre todos os países e regiões. A disponibilização de serviços específicos e de canais de difusão eficazes, incluindo por meio de pontos de contacto formais e informais, para melhorar a qualidade e a quantidade de propostas provenientes de países abrangidos pelo alargamento da participação é uma ação concreta que eu encorajaria a prosseguir. Incentivarei igualmente a utilização do mecanismo especial de adesão a ações em curso, que permite a integração de parceiros adicionais de países abrangidos pelo alargamento da participação em consórcios subvencionados, incluindo parcerias, que ainda não tenham participantes deste grupo de países.

Estou empenhada em dar seguimento à observação do Tribunal de Contas sobre a sustentabilidade dos centros de excelência, ponderando a inclusão de ações futuras no próximo plano estratégico 2025-2027, envolvendo também as alianças de universidades e aproveitando potenciais sinergias com os setores da educação e da inovação.

Existem também oportunidades, no contexto das ações Marie Skłodowska-Curie, para promover a circulação de dezenas de milhares de investigadores de excelência, incluindo o regresso aos seus países de origem.

É importante notar que as ações a nível da UE não são a panaceia que permitirá colmatar o défice de participação no programa-quadro de investigação e inovação (I&I). A melhor forma de obter resultados tangíveis é combinar esforços com base em investimentos e reformas sustentáveis a nível nacional e garantir que todos os participantes recebam informações suficientes, de qualidade e em tempo útil. No ano que resta do mandato, tenciono prosseguir, juntamente com os Estados-Membros e fazendo uso de apoio específico da UE, os esforços no sentido de reduzir as disparidades regionais.

12. O Horizonte Europa inclui um compromisso da Comissão Europeia no sentido de uma ampla troca de pontos de vista com o Parlamento Europeu no quadro do processo de planeamento estratégico. Compromete-se a estabelecer, em concertação com o Parlamento, um processo que garanta que todas as informações relativas ao planeamento estratégico do Horizonte Europa cheguem ao Parlamento de forma estruturada, atempada e regular? Além disso, como tenciona assegurar a apresentação periódica de informações ao Parlamento Europeu sobre a execução do programa, os projetos financiados e o seu impacto, a fim de permitir um escrutínio parlamentar rigoroso?

Na minha qualidade de antiga deputada ao Parlamento Europeu, compreendo perfeitamente a importância de cultivar relações frutuosas e regulares entre as nossas instituições. O Parlamento Europeu desempenha um papel fundamental neste domínio e, se for nomeada, assegurarei que o programa emblemático da União de apoio à I&I seja objeto de um escrutínio parlamentar periódico metuculoso. Tal é essencial para reforçar a transparência e a responsabilização democrática dos esforços da Comissão.

Para o efeito, estou empenhada em aplicar plenamente as disposições consagradas no artigo 6.º, n.º 6, e no artigo 8.º, n.º 2, do Regulamento Horizonte Europa, facilitando assim um amplo intercâmbio com o Parlamento Europeu no que respeita à execução do programa-quadro e ao processo de planeamento estratégico. É minha firme intenção estar disponível para reuniões regulares com a vossa estimada comissão, ou qualquer outra configuração que considereis adequada, sobre o processo de planeamento estratégico em matéria de I&I.

No pleno respeito do Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão, e em conformidade com as regras de comitologia, honrarei plenamente o compromisso de facultar ao Parlamento Europeu o acesso às ordens de trabalho das reuniões do Comité do Programa Horizonte Europa. Além disso, também garantirei a disponibilização de projetos de atos de execução que exijam pareceres dos comités, bem como informações sobre projetos finais de atos de execução, no seguimento da formulação de pareceres nos comités.

Em virtude do seu compromisso com a transparência, a Comissão já concede acesso irrestrito ao Painel do Horizonte, que faculta informações em tempo real sobre projetos, resultados, realizações, estatísticas de todo o programa e panorâmicas específicas de iniciativas críticas como o Conselho Europeu da Inovação.

Prosseguirei também as reuniões periódicas com os coordenadores dos grupos políticos no seio das vossas comissões. Esta abordagem proativa permitir-me-á fornecer atualizações atempadas sobre as políticas abrangidas pelo meu pelouro e responder a quaisquer questões pertinentes que possais ter.

13. De acordo com o Horizonte 2020, os programas de trabalho deveriam, regra geral, ser publicados, o mais tardar, no outono do ano anterior ao ano abrangido pelo programa de trabalho. No âmbito do Horizonte Europa, a publicação da maioria das partes dos programas de trabalho tem lugar no primeiro trimestre do ano em causa, o que deixa aos candidatos muito menos tempo para se prepararem para os convites à apresentação de propostas do que no âmbito do Horizonte 2020. Como encara esta evolução? Tenciona tomar medidas para afrontar esta situação?

Os nossos programas foram concebidos com vista a oferecer à comunidade de investigação oportunidades para propor as suas melhores ideias e construir redes de colaboração à escala europeia. Por conseguinte, é muito importante conceder tempo de preparação suficiente aos investigadores, o que está ligado à disponibilidade atempada dos programas associados às atividades de difusão.

O tempo de preparação pode ter sido afetado por alguns atrasos iniciais no acordo interinstitucional sobre os textos jurídicos do Horizonte Europa acordados pelos legisladores.

A Comissão arrancou com a execução do Programa Horizonte Europa no início de 2021, antes da entrada em vigor do programa-quadro e do programa específico e em antecipação da sua adoção.

A Comissão adotou os dois primeiros programas de trabalho do Horizonte Europa e o primeiro plano estratégico e foram abertos concursos ainda durante o primeiro trimestre de 2021.

A totalidade das ações para 2021-2022 foi, depois, incluída numa alteração do programa de trabalho «principal» para 2021-2022, adotada em junho de 2021. Este facto levou a que alguns convites fossem lançados mais tarde do que seria desejável. No entanto, a Comissão envidou esforços especiais para garantir que todos os convites fossem lançados em 2021. Foi feito um esforço para dar aos candidatos mais tempo para se prepararem para os convites à apresentação de propostas de 2022.

O programa de trabalho «principal» para 2023-2024 foi adotado em dezembro de 2022. Importa igualmente referir que os prazos dos convites à apresentação de propostas continuam a ser repartidos ao longo do ano, o que significa que os candidatos a muitos convites dispõem de mais tempo para se prepararem.

Durante este mandato, serão envidados todos os esforços necessários para garantir que sejam tomadas medidas preparatórias com vista à adoção atempada do programa de trabalho para 2025.

Se for nomeada, prestarei certamente muita atenção a estes importantes aspetos temporais.

14. Tendo em conta o papel que os ecossistemas de inovação regionais podem desempenhar na reindustrialização da UE para dar resposta aos principais desafios sociais do nosso tempo, como tenciona criar sinergias importantes entre os atuais programas e iniciativas da União, em especial os pilares II e III do Horizonte Europa, as ações de I&I no âmbito da política de coesão e as alianças industriais da UE lançadas pela Comissão?

Acredito que as sinergias entre os programas da UE têm um grande potencial e podem ser um fator de mudança na competitividade europeia.

Além do Horizonte Europa, os fundos da política de coesão mobilizarão até 43 mil milhões de EUR de investimentos em investigação e inovação (I&I) e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência disponibilizará quase 48 mil milhões de EUR para reforçar a I&I nos Estados-Membros.

No que diz respeito a sinergias com os fundos da política de coesão, já estão em vigor regras favoráveis, espelhadas nos regulamentos pertinentes, também graças ao Parlamento Europeu. Juntamente com os serviços da Comissão que supervisionam os fundos de coesão, foram elaboradas orientações específicas para apoiar a aplicação dessas regras.

Se for nomeada, tenciono prosseguir estes esforços, a fim de reforçar o impacto de ambas as políticas em domínios críticos identificados pelo Tribunal de Contas Europeu numa recente auditoria de sinergias, por exemplo: divulgando e promovendo amplamente as novas oportunidades de sinergias; melhorando o fluxo de informação sobre os projetos com selo de excelência para facilitar o financiamento alternativo; melhorando a cooperação entre as autoridades dos Estados-Membros responsáveis pela política de I&I e pela política de coesão, através de um grupo de peritos específico no âmbito do Fórum do Espaço Europeu da Investigação (EEI), denominado RIMA (Rede Europeia de Investigação e Inovação e Autoridades de Gestão), que aproxima estas comunidades e incentiva o intercâmbio de conhecimentos e práticas; facilitando a concretização de sinergias sequenciais no quadro da Estratégia de Difusão e Exploração, como a Plataforma de Resultados do Horizonte ou o Impulsionador de Resultados do Horizonte.

Empenhar-me-ei igualmente em apoiar as parcerias para a inovação regional como forma eficaz de desenvolver estratégias de transição territorial que abordem desafios de natureza social comuns.

A interação dos instrumentos do Horizonte Europa, como as parcerias (pilar II), o Conselho Europeu da Inovação (CEI), o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) e os ecossistemas europeus de inovação (pilar III), tem também um papel importante a desempenhar no reforço dos objetivos das sinergias — alinhamento de políticas, adição de recursos e agregação de partes públicas e privadas interessadas na I&I. Por exemplo, o projeto «Plug In» do Conselho Europeu da Inovação constitui um novo passo importante para estabelecer uma ponte entre o Horizonte Europa e os programas nacionais ou regionais existentes no que respeita ao acesso ao Acelerador do CEI. Tenciono continuar a trabalhar com os países participantes para implementar esta nova abordagem. Outro exemplo é a iniciativa emblemática da Nova Agenda Europeia para a Inovação de criação de vales regionais de inovação em toda a UE — nomeadamente envolvendo regiões com um desempenho inferior nesta matéria — com base em áreas estratégicas de força e especialização regionais, para apoiar as principais prioridades da UE. A Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), proposta pela Comissão em junho de 2023, também visa criar sinergias entre programas da União, incluindo o Horizonte Europa.

No que respeita ao EIT, apoiarei os seus múltiplos papéis na promoção da competitividade industrial em áreas críticas com impacto regional (como as matérias críticas, os materiais avançados, as baterias, entre outros) e no apetrechamento da Europa com novas competências para a dupla transição através das suas academias. Antevejo possíveis sinergias alargadas, que apoiarei, no contexto do desenvolvimento de novos currículos discutidos pelas alianças de Universidades Europeias e da mobilidade intersetorial de investigadores, entre o meio académico e a indústria, apoiada pelas MSCA (pilar I).

No que diz respeito ao papel das alianças industriais no contexto das sinergias e da inovação regional, estou plenamente empenhada em promover o envolvimento das partes interessadas

da indústria, de grande e pequena dimensão, como agentes ativos da inovação local. Tenciono apoiar os roteiros tecnológicos industriais no âmbito do novo Espaço Europeu da Investigação, que constituem um fator impulsionador importante e um instrumento para alinhar e ligar as parcerias do Horizonte Europa com os ecossistemas industriais. As alianças industriais são interlocutores fundamentais neste processo, como demonstrado durante o desenvolvimento do roteiro sobre tecnologias hipocarbónicas para indústrias com utilização intensiva de energia, que identificou sinergias para acelerar os resultados mediante a ligação das parcerias do Horizonte Europa às alianças. De igual modo, as alianças industriais em setores como a energia, a mobilidade ou a economia circular devem ter um papel de aconselhamento na elaboração dos roteiros tecnológicos industriais do EEI. Nesse espírito, empenhar-me-ei em promover um diálogo mais estreito, através do Fórum do EEI, para discutir políticas a longo prazo e integrar os pontos de vista da indústria nas reflexões da Comissão sobre a programação estratégica.

15. O orçamento para o agregado 2 do Horizonte Europa aumentou cerca de 80 % em comparação com o Horizonte 2020. Este aumento está claramente ligado à necessidade de reforçar o apoio às indústrias culturais e criativas (ICC) na Europa, cuja importância é igualmente sublinhada no considerando 25 do Regulamento Horizonte Europa. No entanto, apenas 9 % do financiamento ao abrigo do programa de trabalho para 2023-2024 do agregado 2 foram consagrados às ICC. De que forma tenciona velar por que a percentagem de financiamento das ICC no âmbito do agregado 2 aumente nos próximos anos?

O agregado 2 «Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva» do Horizonte Europa está dividido em três vertentes e as decisões a ele relativas são tomadas em conformidade com as obrigações estabelecidas no Regulamento Horizonte Europa e nas disposições referentes ao agregado 2, bem como tendo em conta os contributos substanciais que as três vertentes podem dar para a resolução dos desafios sociais mais prementes da atualidade.

O orçamento total do agregado 2 para 2021-2027 é de 2 280 milhões de EUR, dos quais cerca de um terço é dedicado ao património cultural e às indústrias culturais e criativas (ICC). O financiamento disponível para os setores e as indústrias culturais e criativas aumentou consideravelmente no âmbito do Horizonte Europa em comparação com os anteriores programas-quadro de investigação e inovação (I&I) e, pela primeira vez, está prevista uma parcela exclusivamente dedicada ao património cultural e às ICC. Em consonância com o acordo com o Parlamento Europeu, esta vertente dá prioridade ao reforço do apoio à investigação e inovação das ICC e à criação da Nuvem Colaborativa Europeia para o Património Cultural. Tal significa que, de acordo com o plano estabelecido, nos primeiros quatro anos do Horizonte Europa, estão previstos 110 milhões de EUR para apoiar ações de investigação e inovação dedicadas às ICC, representando 14 % do orçamento do agregado 2 no programa de trabalho para 2021-2022 e 9 % no programa de trabalho para 2023-2024. Por conseguinte, a execução orçamental está a decorrer como previsto.

Se for nomeada, pretendo manter uma forte incidência nos setores e nas indústrias culturais e criativas no âmbito do agregado 2 durante o período remanescente do Horizonte Europa (2025-2027). O plano estratégico do Horizonte Europa para o período 2025-2027 estabelecerá um investimento mais substancial no setor das ICC, sobre o qual terei todo o prazer em informar o Parlamento Europeu.

Considero também de extrema importância o substancial investimento previsto na Comunidade de Conhecimento e Inovação (CCI) «Cultura e Criatividade» do EIT, dedicada a apoiar e impulsionar a inovação nos setores e nas indústrias culturais e criativas. Esta CCI dispõe de um orçamento de 6 milhões de EUR durante o ano de arranque (2023) e, em setembro de 2023, será apresentado para aprovação um plano de atividades para 2024-2025. A CCI pretende estar plenamente operacional em janeiro de 2024, com um orçamento de 50-70 milhões de EUR para

os dois primeiros anos. Este investimento complementar e reforçará as iniciativas financiadas no âmbito do agregado 2 com vista a ICC europeias prósperas, inovadoras e competitivas e com grande impacto.

Por último, é também prestado um apoio significativo através do Programa Europa Criativa, com um orçamento global de 2 400 milhões de EUR para 2021-2027, inteiramente dedicado a todos os setores culturais e criativos.

16. Colmatar o fosso em matéria de inovação entre as regiões é crucial para tirar máximo partido do potencial do ecossistema europeu de investigação e inovação, bem como para garantir que todos os europeus possam beneficiar da inovação europeia. No seu entender, que fatores explicam esta clivagem e que medidas se propõe tomar para fazer face a esta situação?

Se for nomeada, darei especial atenção à redução da clivagem no domínio da inovação e ao reforço da capacidade de todas as regiões da UE para atraírem atores privados e públicos que invistam na investigação e na inovação. Para o efeito, procurarei reforçar o papel da parte do Horizonte Europa dedicada aos ecossistemas europeus de inovação, mas também ao pilar II e ao pilar I.

Considero que o subinvestimento na investigação e inovação (I&I), tanto pública como privada, as fragilidades estruturais dos ecossistemas de inovação nacionais e regionais, bem como as ligações ténues entre os setores académico e empresarial, são as principais causas da clivagem no domínio de inovação. Para ultrapassar estes obstáculos, será necessário prestar um apoio coordenado que estabeleça as condições essenciais para a inovação e se baseie nas várias oportunidades de financiamento oferecidas pelo Horizonte Europa. Os elementos formais, como os quadros administrativos, legislativos e regulamentares, bem como os aspetos informais, como a criação de culturas de inovação e o desenvolvimento de redes locais de conhecimento, são importantes para alcançar essas condições habilitadoras.

A redução da clivagem no domínio da inovação continuou a ser uma prioridade das políticas da UE, nomeadamente das políticas de coesão e de I&I. Tal reflete-se nos montantes muito significativos dedicados à I&I no atual QFP, no âmbito da política de coesão e do Horizonte Europa, bem como no Instrumento de Recuperação da União Europeia (NextGenerationEU) por via dos planos de recuperação e resiliência (PRR).

Estou empenhada em garantir que o Semestre Europeu seja utilizado da melhor forma possível neste domínio. A identificação das necessidades de reformas estruturais dos sistemas nacionais de I&I no âmbito do Semestre Europeu e a ligação entre este exercício e as reformas e investimentos constantes dos PRR dos Estados-Membros serão particularmente valiosas, uma vez que estão especificamente orientadas para as necessidades de I&I de muitos Estados-Membros com baixo nível de desempenho. A concretização desta combinação de reformas e investimentos deverá impulsionar os sistemas nacionais de I&I, em especial nestes países, reduzindo assim a clivagem.

Existem várias outras ações destinadas a reduzir a clivagem no domínio da inovação, que continuarei a apoiar. A título de exemplo, refiro o programa de trabalho 2023-2024 para os ecossistemas europeus de inovação, centrado na melhoria das interconexões entre os ecossistemas de inovação em toda a UE. Estão em curso várias ações específicas do Conselho Europeu da Inovação, incluindo financiamento orientado para empresas em fase de arranque e PME de países abrangidos pelo alargamento da participação que se candidatem ao Acelerador do CEI. As ações dos ecossistemas europeus de inovação (pilar III do Horizonte Europa) reúnem inovadores emergentes e moderados com inovadores fortes e líderes da inovação. O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) lançou um Mecanismo Regional de Inovação (MRI) para alargar o seu alcance regional a países com um nível de inovação modesto e

moderado. As ações no âmbito da vertente do Horizonte Europa dedicada ao alargamento da participação — como os novos polos de excelência — visam uma das principais causas da clivagem no domínio da inovação, nomeadamente a frágil ligação entre os setores académico e empresarial nos países abrangidos pelo alargamento da participação. As missões da UE podem também desempenhar um papel neste domínio, uma vez que facilitam o intercâmbio de boas práticas, promovem o reforço de capacidade entre regiões e aceleram a aplicação de soluções inovadoras.

Numa perspetiva europeia mais alargada, considero necessária uma abordagem política mais holística, com vista a resolver o problema da clivagem no domínio da inovação. Contarei com o vosso apoio, bem como com o do Comité das Regiões e dos Estados-Membros, para levar a excelência e a inovação a todos os cantos da Europa.

17. As empresas inovadoras, em especial as PME inovadoras, têm um papel decisivo a desempenhar nas transformações profundas que devem ter lugar em toda a União para fazer face aos desafios sociais atuais e futuros. As PME inovadoras nos setores industriais podem ser uma poderosa alavanca para a reindustrialização ecológica dos territórios europeus. No entanto, veem-se confrontadas desafios específicos, por exemplo em termos de acesso a financiamento devido à sua necessidade de montantes importantes de capital «paciente». De que forma tenciona dar resposta aos desafios específicos enfrentados pelas PME inovadoras na indústria?

As PME inovadoras enfrentam vários problemas, muitos dos quais são abordados na recente Nova Agenda Europeia para a Inovação e estão sobretudo relacionados com o acesso ao financiamento, condições de enquadramento favoráveis à inovação e acesso aos talentos necessários.

Indicarei algumas ações concretas relativas à forma como, se for nomeada, tenciono enfrentar estes problemas durante o resto do mandato:

No que respeita ao acesso ao financiamento, para solucionar os problemas específicos com que as PME inovadoras se deparam, a Comissão criou o Conselho Europeu da Inovação (CEI), que se centra em PME promissoras, mas consideradas de maior risco e não suscetíveis de financiamento bancário. Desde a sua criação no âmbito do Horizonte Europa, o Conselho Europeu da Inovação recebeu candidaturas de mais de 8 500 PME, das quais cerca de 450 foram selecionadas para um financiamento total de aproximadamente 2 mil milhões de EUR. Poder-se-ia prever investimentos subsequentes e bilhetes de investimento mais proeminentes para o Conselho Europeu da Inovação. Além disso, as medidas adicionais para colmatar o fosso em relação ao mercado de capital de risco dos Estados Unidos, mais desenvolvido, poderiam incluir melhores oportunidades de saída e a promoção de redes de capital de risco. Aumentar a visibilidade das empresas europeias em fase de arranque, especialmente fora do país da sede da empresa-mãe, ajudaria a aumentar o fluxo de negócios além-fronteiras e entre setores de atividade.

Além do acesso ao financiamento, continuarei a envidar esforços para difundir boas práticas e estudar novas formas de reduzir a burocracia, incluindo no respeitante às candidaturas, à execução e à comunicação de informações por parte das PME.

No que respeita às condições de enquadramento e à necessidade de uma regulação mais favorável à inovação, incluindo abordagens experimentais em matéria de regulação, os ambientes de testagem da regulamentação, bem como os bancos de ensaio e os laboratórios vivos, podem ser utilizados para apoiar os decisores políticos e os inovadores na sua abordagem à experimentação na UE.

No que diz respeito ao reforço dos ecossistemas de inovação e à clivagem no domínio da inovação, antevejo o aumento da importância de vales regionais de inovação interligados em toda a UE, nomeadamente envolvendo regiões com um desempenho inferior nesta matéria, com base em áreas estratégicas de força e especialização regionais, para apoiar as principais prioridades da UE. Esta iniciativa é também um exemplo concreto das sinergias entre dois programas — o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Horizonte Europa — que trabalham em conjunto para alcançar um objetivo comum.

Graças às suas redes de inovação, que reúnem representantes dos setores da educação e da investigação e de empresas, o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) presta apoio a PME inovadoras através de uma combinação de subvenções, serviços e acesso a financiamento externo.

Por último, foram lançadas várias iniciativas para permitir que PME de países abrangidos pelo alargamento da participação tomem parte no Conselho Europeu da Inovação, incluindo o reforço de capacidade dos pontos de contacto nacionais e o financiamento específico da Enterprise Europe Network, uma rede europeia de empresas, para apoiar 300-400 candidaturas de PME de países abrangidos pelo alargamento da participação e vários eventos de sensibilização.

No que diz respeito aos talentos, tendo em conta a dificuldade considerável em atrair e reter pessoas qualificadas na UE, o que tem consequências diretas para as PME inovadoras, a Nova Agenda Europeia para a Inovação inclui um domínio emblemático especificamente centrado no desenvolvimento e no fluxo de talentos essenciais no domínio da tecnologia profunda, tanto dentro da UE como para a UE.

O EIT está a levar a cabo uma iniciativa relativa a talentos de tecnologia profunda, que visa alcançar, ao longo de um período de três anos, 1 milhão de talentos neste domínio em todos os Estados-Membros, a fim de garantir uma oferta suficiente de talentos de tecnologia profunda no mercado de trabalho. O Conselho Europeu da Inovação e o EIT lançarão um programa para talentos de inovação da próxima geração («Next Generation Innovation Talents») no primeiro trimestre de 2024.

Terei também todo o gosto em apoiar a conceção de uma plataforma de talentos de inovação a nível da UE, uma ferramenta de correspondência entre oferta e procura para ajudar as empresas europeias, incluindo empresas em fase de arranque, a descobrirem os talentos que não conseguem encontrar no mercado de trabalho europeu. Além disso, a iniciativa Novo Bauhaus Europeu (NBE) lançou a Academia NBE sobre competências para a construção sustentável, uma das iniciativas emblemáticas do Ano Europeu das Competências.

18. Tendo em conta que as mulheres continuam a estar sub-representadas nas empresas em fase de arranque e nos fundos de investimento, o que é prejudicial para a capacidade de inovação da Europa, que medidas tomaria na qualidade de membro da Comissão para resolver esta questão estrutural a longo prazo?

Acredito verdadeiramente que as mulheres têm muito a oferecer, incluindo uma perspetiva diferente sobre os desafios que a Europa enfrenta. Contudo, enfrentam várias barreiras quando tentam introduzir novas ideias no mercado e angariar capital para as suas empresas. Esta situação afeta negativamente a taxa de sucesso das empresas criadas por mulheres. As mulheres representam menos de 11 % dos titulares de patentes, ao passo que apenas 8 % das empresas europeias em fase de arranque foram constituídas por equipas exclusivamente femininas e apenas 25 % foram constituídas por equipas com, pelo menos, uma mulher.

A eliminação da persistente disparidade de género em termos de competências essenciais logo no início do ensino é um pré-requisito para combater a sub-representação das mulheres numa fase posterior da carreira e constitui uma das prioridades do Espaço Europeu da Educação. Se for nomeada, encetarei o diálogo com Estados-Membros e partes interessadas do setor da educação e prestar-lhes-ei apoio com vista ao desenvolvimento de ações eficazes através dos programas Horizonte Europa e Erasmus+.

Foram já adotadas diversas medidas e iniciativas específicas no âmbito da Nova Agenda Europeia para a Inovação e através do pilar III do Horizonte Europa e do Conselho Europeu da Inovação, em particular. Pela primeira vez, foi lançado um regime de financiamento especificamente dedicado a aumentar o número de empresa em fase de arranque lideradas por mulheres, o Women TechEU. No biénio 2021-2022, surgiram 180 empresas de tecnologia profunda criadas por mulheres, com a ajuda de subvenções e do acesso a mentores e cursos personalizados.

Outra iniciativa recente de apoio às mulheres inovadoras foi lançada, no ano passado, pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). O Women2Invest ajuda mulheres a iniciarem carreiras no setor do investimento de risco e apresenta aos investidores um grupo de mulheres promissoras com formação técnica que acrescentarão diversidade às suas equipas de investimento.

As ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) dão um importante contributo para a igualdade de género em todo o Espaço Europeu da Investigação e não só, apoiam um número crescente de jovens mulheres na investigação e inovação e contribuem para alcançar o acesso pleno e equitativo das mulheres e raparigas à ciência. As mulheres investigadoras representam mais de 42 % dos bolsheiros do programa, muito acima da média da população de investigadores da UE, inspirando muitas outras mulheres a optarem por uma carreira de investigação nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (CTEAM) e a criarem empresas inovadoras na Europa.

Além destas ações, comprometo-me a prosseguir ou a lançar as seguintes iniciativas:

- o Programa Women2Invest, lançado na primavera passada, que visa ajudar mulheres com estudos nos domínios CTEAM a iniciarem carreiras no setor do investimento de risco, proporcionando-lhes formação nos fundamentos desta profissão e pondo-as em contacto com investidores,
- as mulheres jovens precisam de apoio e de modelos a seguir. O novo Programa Supernovas, lançado na primavera de 2022 pela Comunidade do EIT, oferece apoio específico, propondo uma abordagem transversal para reforçar a presença das mulheres em papéis-chave do ecossistema de empreendedorismo e inovação, não só como empreendedoras em ascensão, mas também noutros papéis fulcrais do processo de decisão, reconfigurando o empreendedorismo e a inovação para o futuro,
- no âmbito da Nova Agenda Europeia para a Inovação, estes esforços serão multiplicados graças ao reforço das sinergias entre os programas da UE. O programa de empreendedorismo e liderança das mulheres do Conselho Europeu da Inovação será lançado a fim de apoiar as mulheres na Comunidade do EIT e prestar apoio concreto a empresas tecnológicas em fase inicial lideradas por mulheres, nomeadamente através de um convite reforçado à apresentação de propostas no âmbito da iniciativa «Women TechEU»,
- o EIT organizará, com o Conselho Europeu da Inovação, a atribuição de um prémio conjunto — «Mulheres Inovadoras 2024» — para aumentar a visibilidade das excelentes ideias e do trabalho das mulheres inovadoras, que terá lugar no início de 2024,

- a iniciativa «Talentos de Tecnologia Profunda», uma das ações emblemáticas da Nova Agenda Europeia para a Inovação, que visa qualificar, requalificar e melhorar as competências de um milhão de talentos em tecnologia profunda até 2025, constitui um exemplo de iniciativa em que gostaria de continuar a integração da perspectiva de género.

As soluções inovadoras e a ciência de excelência dependem da diversidade. Precisamos de equipas diversas para resolver desafios sociais complexos e comprometo-me a incentivar uma maior participação e inclusão a todos os níveis dos programas relacionados com a investigação e inovação no âmbito da pasta.

19. Desde 2021, a implementação do Acelerador do CEI tem sido dificultada por atrasos e alterações administrativas, que se prendem, na totalidade, com questões internas no seio da Comissão. Muitos destes desafios estavam relacionados com a gestão do Fundo CEI. Como tenciona velar por que a atividade do CEI não se deprende com dificuldades adicionais devido a problemas internos no seio da Comissão? No seu entender, qual é o papel da Agência de Execução do Conselho Europeu da Inovação e das PME (EISMEA) e do gestor externo de fundos (de investimento alternativo) (GFIA) no contexto da execução do apoio ao capital próprio no âmbito do CEI?

O Conselho Europeu da Inovação (CEI) sofreu atrasos nos dois primeiros anos de execução no âmbito do Horizonte Europa. As empresas selecionadas nos primeiros convites à apresentação de propostas tiveram de esperar, em alguns casos, mais de um ano para receberem financiamento, devido à necessidade de reestruturar o Fundo CEI, que fornece apoio ao capital próprio.

No entanto, no último ano, foram realizados progressos substanciais no que respeita ao tempo necessário para a concessão de subvenções, que foi reduzido para menos de metade desde 2021, bem como à plataforma de candidatura ao Acelerador do CEI, que foi simplificada em resposta às preocupações das partes interessadas.

Tenho conhecimento de que, após os atrasos em 2021 e 2022, o Fundo CEI está totalmente operacional desde o final de setembro de 2022, e o gestor externo do fundo tomou mais de 140 decisões de investimento, ajudando a superar os atrasos. Além disso, registou-se uma melhoria na realização dos objetivos de investir em empresas em fase de arranque de alto risco e de atrair outros investidores para coinvestir, sempre que possível, a fim de permitir a expansão destas empresas. Considero crucial que a execução do CEI continue a decorrer sem problemas.

Embora a reestruturação planeada — passagem do regime de gestão direta para o regime de gestão indireta — já esteja em curso, se for nomeada, certificar-me-ei de que as preocupações manifestadas pelo Parlamento Europeu são ouvidas e tratadas da melhor forma possível. Neste contexto, solicitarei garantias claras de que o Conselho Europeu da Inovação mantém o perfil de investimento das empresas de alto risco e de que as decisões de investimento são tomadas estritamente de acordo com as diretrizes de investimento estabelecidas pela Comissão. Estarei também atenta para não permitir mais atrasos ou quaisquer custos excessivos com taxas de gestão. Ouvirei igualmente as preocupações manifestadas pelas universidades relativamente aos direitos de propriedade intelectual e ao equilíbrio entre os interesses dos investigadores e das organizações. Certificar-me-ei de que os problemas da plataforma informática para as candidaturas ao Acelerador do CEI sejam resolvidos de forma sustentável e que as alterações sejam introduzidas com o mínimo de perturbações para os candidatos. Além disso, registo as preocupações que o Parlamento Europeu manifesta quanto ao facto de o Fundo CEI ter a opção de ser o único investidor em empresas. Embora esta opção não tenha sido utilizada até à data, reconheço que existe essa possibilidade em casos especiais e para proteger interesses estratégicos.

Instruirei todos os meus serviços que tratam de assuntos relacionados com o Conselho Europeu da Inovação para que trabalhem em estreita colaboração com colegas de outras direções-gerais, esclareçam quaisquer questões pendentes e colaborem na procura das melhores soluções para estas questões.

Esperarei que a EISMEA faça uma boa gestão do processo de seleção, da gestão das subvenções e da prestação de serviços de aceleração empresarial, e que o gestor externo do fundo tome decisões de investimento relativamente às empresas de alto risco que passem no processo de seleção.

Tenciono igualmente cooperar plenamente com o Parlamento Europeu, em especial com a Comissão ITRE, a fim de esclarecer quaisquer outras questões e preocupações pendentes e trabalhar no sentido de concluir a reestruturação do Fundo CEI no próximo outono, transferindo temporariamente as suas ações para a gestão do BEI e mantendo, ao mesmo tempo, uma orientação política sobre todas as principais decisões do Fundo.

20. A interdisciplinaridade, as ciências sociais e humanas são cruciais para tirar máximo partido do potencial transformador da inovação, uma vez que as transições são uma coevolução da sociedade, da tecnologia e das técnicas. Como tenciona acelerar as várias transições, a fim de dar resposta aos desafios sociais mais prementes, nomeadamente tendo sistematicamente em conta as disciplinas das ciências sociais e humanas, a par das questões técnicas e tecnológicas?

Entendo que as ciências sociais e humanas (CSH) constituem uma chave importante para compreender, lidar com, e encontrar soluções para os desafios colocados pelas atuais e futuras transformações socioeconómicas, bem como para valorizar, preservar e aproveitar ao máximo o rico património cultural da UE. No contexto das mudanças climáticas, por exemplo, as CSH podem influenciar políticas que tenham em conta a equidade social, a igualdade de género, a participação da comunidade e as mudanças de comportamento para desenvolver estratégias eficazes de mitigação e adaptação; ou, no contexto dos avanços da inteligência artificial, a integração das CSH pode orientar o desenvolvimento de quadros éticos e garantir a transparência.

O Horizonte 2020 foi o primeiro programa de investigação em grande escala a promover a colaboração intersetorial através da integração sistemática das ciências sociais e humanas. Quase um terço do orçamento do Horizonte 2020 foi atribuído a tópicos relacionados com as CSH, incluindo 2,1 milhões de EUR atribuídos a parceiros das CSH, representando, em média, 7 % do orçamento total. A percentagem de projetos relacionados com as CSH e que envolvem parceiros das CSH manteve-se entre 71 % e 86 %. Os ensinamentos retirados do Horizonte 2020 mostraram como integrar as CSH no Horizonte Europa (HE) de uma maneira nova e mais eficiente.

O acompanhamento regular da integração das ciências sociais e humanas é uma obrigação jurídica. Por conseguinte, se for nomeada, desenvolverei e apresentarei, em 2024, uma nova metodologia de acompanhamento da integração das CSH, passando de um acompanhamento orientado pelos contributos para conclusões orientadas pelos resultados. A metodologia basear-se-á nos ensinamentos retirados do Horizonte 2020, nos contributos recebidos da comunidade científica, nos resultados de projetos de investigação e novas iniciativas a nível nacional e regional. Estarei atenta para que a conceção dos programas de trabalho e dos convites à apresentação de propostas tenha devidamente em conta as dimensões social e humana e incentive a investigação interdisciplinar através, por exemplo, de convites conjuntos, como o convite conjunto de 40 milhões de EUR entre a Missão 100 Cidades com Impacto Neutro no Clima e Inteligentes até 2030 e a Missão Adaptação às Alterações Climáticas. Este convite interdisciplinar abrangerá soluções com vista à ecologização urbana e à renaturalização de

ambientes urbanos, centrando-se igualmente no aumento da sensibilização social. Outro exemplo é o convite conjunto de 15 milhões de EUR entre a Missão Recuperar os nossos Oceanos e Águas até 2030 e a Missão Pacto Europeu para os Solos, que deverá definir e divulgar boas práticas socioecológicas para os utilizadores finais — nomeadamente agricultores, autoridades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e gestores da paisagem — com vista a garantir a capacidade de retenção de água na paisagem e no solo a longo prazo.

21. Como tenciona garantir, a título pessoal, a boa qualidade das iniciativas legislativas e não legislativas, a plena transparência das atividades de lobbying dirigidas a si e aos seus serviços e a consulta coerente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de realizar avaliações de impacto exaustivas, em especial no que diz respeito ao impacto de todas as propostas legislativas nas PME?

Respeitarei plenamente o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor e assegurarei, tal como estabelecido no acordo, que a legislação da UE possa servir melhor os cidadãos e as empresas. Se for nomeada, o meu trabalho e o dos meus serviços continuará a basear-se na transparência, e mantereí uma estreita cooperação com o Parlamento Europeu.

Na carta de missão que me foi dirigida, a presidente Ursula von der Leyen pediu-me que reforçasse os laços entre as pessoas e as instituições que as servem, reduzisse o fosso entre as expectativas e a realidade e desse a conhecer o trabalho que a Europa desenvolve dia-a-dia. Para cumprir este requisito e comunicar adequadamente e assegurar o fluxo de informação entre as instituições e as partes interessadas, comprometo-me a ser totalmente transparente nas reuniões com diferentes partes interessadas/lobistas, respeitando as normas éticas da Comissão. Comprometo-me também a reunir regularmente com partes interessadas e a participar em diálogos políticos com atores europeus e nacionais, em todos os Estados-Membros da UE, sobre questões no âmbito da minha pasta. Quero assegurar que todos, desde as universidades aos investigadores e inovadores, cidadãos, PME, instituições e fundações, cumpram a sua parte no reforço da ligação entre os cidadãos e as instituições da UE, nomeadamente no que respeita ao futuro da Europa.

A avaliação de impacto constitui um elemento crucial do Programa Legislar Melhor da Comissão, através do qual podemos atingir os nossos objetivos de forma mais eficiente e eficaz. Por conseguinte, apoio firmemente o requisito de que qualquer iniciativa legislativa proposta com impacto significativo tenha de passar por uma rigorosa avaliação de impacto e ser verificada pelo Comité de Controlo da Regulamentação. As avaliações de impacto contribuem de forma positiva e melhoram a qualidade da legislação da UE, o que pode ser alcançado mediante a participação contínua dos cidadãos e das partes interessadas. A consulta das principais partes interessadas deve ter lugar desde o início da elaboração das iniciativas legislativas, por exemplo durante a recolha de dados subjacente à avaliação de impacto. Relativamente a estes, o papel da modelação continua a ser fundamental. O JRC gere alguns dos principais modelos e dispõe de dados únicos para apoiar, entre outras, as políticas regionais, bem como algumas infraestruturas únicas na UE. Continuarei a investir no apoio a este trabalho. Ademais, o trabalho de prospetiva do JRC é certamente uma ferramenta em que podemos confiar para delinear cenários que tenham em conta os desafios complexos — e por vezes inéditos — que a Europa enfrenta. Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar de perto com o vice-presidente Maroš Šefčovič a este respeito.

Assegurarei que o Parlamento Europeu é regularmente informado, nomeadamente antes de eventos importantes e em etapas-chave de negociações internacionais, bem como sobre a evolução e a execução dos programas e iniciativas que se inserem no âmbito das minhas competências. Trabalharei igualmente em estreita colaboração com as comissões competentes

e estarei presente e ativa durante a preparação de resoluções que instem a Comissão a apresentar propostas legislativas.

22. De que modo tenciona garantir, juntamente com os seus serviços, uma cooperação reforçada com a Comissão ITRE? Que medidas concretas tenciona tomar para garantir que a Comissão ITRE disponha, em tempo útil e de forma pró-ativa, das mesmas informações que o Conselho e os Estados-Membros, no que diz respeito a todas as iniciativas legislativas ou não legislativas previstas? Que medidas tenciona tomar para facilitar o controlo por parte da Comissão ITRE dos procedimentos legislativos e não legislativos, fornecendo-lhe numa fase inicial todas as informações necessárias no quadro da preparação de atos legislativos, atos delegados e atos de execução, bem como para facilitar o acompanhamento da respetiva aplicação? Como tenciona assegurar que a Comissão ITRE seja informada e associada de forma adequada no quadro de acordos internacionais que se insiram no seu domínio de intervenção?

Enquanto antigo membro desta instituição, estou plenamente consciente da importância de cooperar de forma próxima e frutífera com o Parlamento Europeu e, em particular, com a Comissão ITRE. O meu compromisso inabalável consiste em assegurar que esta comissão receba informação atempada e exaustiva sobre todos os desenvolvimentos significativos, em simultâneo com o intercâmbio de informações com o Conselho. Estou inteiramente à vossa disposição para participar ativamente em reuniões ordinárias da vossa comissão e em trocas de pontos de vista construtivas. Tendo bem presente a importância da transparência, sei que a Comissão já vos fornece informações atualizadas e explicações pormenorizadas sobre atos legislativos, não legislativos, delegados e de execução, incluindo a respetiva execução. Partindo desta base, defenderei incansavelmente uma cooperação sólida entre a Comissão e o Parlamento Europeu, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuos. Ao defendermos estes princípios, podemos garantir coletivamente que os nossos esforços comuns são realizados com a máxima transparência e eficiência.

O Entendimento Comum sobre Atos Delegados prevê a transmissão do planeamento indicativo dos atos delegados e a informação atempada do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os trabalhos dos grupos de peritos que ajudam a Comissão na preparação de atos delegados. Criado em 2017, o Registo Interinstitucional dos Atos Delegados faculta informações sobre o ciclo de vida dos atos delegados, desde o planeamento à publicação, permitindo assim ao Parlamento Europeu estar totalmente atualizado sobre o trabalho da Comissão neste domínio. Da mesma forma, o Registo da Comitologia fornece informações sobre as reuniões dos comités de comitologia: sempre que um comité se reúne para discutir um projeto de ato de execução, o Parlamento Europeu é ativamente informado. Como já foi referido, a Comissão utiliza diligentemente o registo. Comprometo-me a continuar a manter este fluxo contínuo de informação.

No que respeita à cooperação internacional, estou plenamente empenhada, em conformidade com as obrigações jurídicas da Comissão, em informar o Parlamento Europeu sobre as negociações de acordos de associação ao Programa Horizonte Europa, bem como em renovar os acordos de cooperação científica e tecnológica.

Tenciono garantir a máxima transparência em relação aos legisladores no processo de negociação de acordos de associação ao Horizonte Europa. Relativamente aos países terceiros abrangidos pelo artigo 16.º, n.º 1, alínea d), a Comissão continuará a assegurar que todos os elementos políticos, estratégicos e orçamentais essenciais dos acordos de associação sejam apresentados ao Parlamento Europeu para aprovação antes da sua celebração. Reitero igualmente a minha vontade de cooperar com o Parlamento Europeu de forma proativa a todos os níveis adequados e no âmbito dos Tratados e do quadro jurídico interinstitucional.

Perguntas da Comissão da Cultura e da Educação

1. Políticas no domínio da educação

Como encara o futuro das políticas da UE no domínio da educação?

A educação está no centro do modo de vida europeu e é a chave para tornar a Europa competitiva na economia global do conhecimento. Melhorar o acesso e a qualidade da educação é fundamental para enfrentar muitos dos principais desafios da Europa e, por conseguinte, é de importância estratégica para o nosso futuro.

Tendo em conta as competências limitadas da União no domínio da educação, farei tudo o que estiver ao meu alcance para incentivar a cooperação entre os Estados-Membros e apoiá-los, respeitando plenamente as suas competências e responsabilidades. Assumirei esta tarefa com o objetivo de ajudar os Estados-Membros a desenvolverem uma educação de qualidade, baseada na qualidade do ensino e na organização dos sistemas educativos, bem como na sua diversidade cultural e linguística. Estou plenamente consciente de que este importante empreendimento exige esforços constantes e comuns de todas as partes interessadas e continuarei a acompanhá-lo durante o período restante do mandato. Será um momento importante para avaliar os progressos realizados até à data e para enfrentar rapidamente os desafios que ainda temos pela frente.

2. Que medidas concretas tenciona tomar para tornar o Espaço Europeu da Educação (EEE) uma realidade até 2025 e como tenciona desenvolver o EEE para além de 2025?

O trabalho para tornar o Espaço Europeu da Educação (EEE) uma realidade de 2025 em diante é um aspeto fundamental da carta de missão que me foi dirigida pela presidente Ursula von der Leyen. Trata-se de um empreendimento conjunto, pelo que manterei a nossa cooperação para concretizar esta visão comum, em consonância com os domínios prioritários e as ações concretas acordadas para orientar e apoiar a ação dos Estados-Membros.

O processo de avaliação intercalar da implementação do Espaço Europeu da Educação está atualmente em curso. Ao longo de 2023, este processo de escuta, diálogo e reflexão conjunta com os Estados-Membros, as instituições da UE e as partes interessadas ajudar-nos-á a fazer um balanço e a garantir uma dinâmica rumo à realização do EEE até 2025. Os resultados deste processo, que inclui o evento de avaliação intercalar coorganizado com o Parlamento Europeu em 10 de outubro de 2023, contribuirão para a base factual do relatório de avaliação final do EEE, que a Comissão adotará em 2025.

Atentando nas informações já disponíveis, o relatório da Comissão, de novembro de 2022, sobre o Espaço Europeu da Educação mostrou que este está no bom caminho, com uma convergência ascendente positiva em vários indicadores de longa data, como o abandono escolar precoce, a participação na educação e acolhimento na primeira infância e a conclusão de estudos do ensino superior. Tomo nota desta evolução positiva, mas estou particularmente interessada nos domínios em que devem ser intensificados os esforços para melhorar a qualidade e a equidade na educação e na formação. O relatório afirma claramente que a percentagem de alunos com aproveitamento muito baixo nos domínios da literacia, da matemática e das ciências é inaceitavelmente elevada, um problema intensificado pela COVID-19. Os jovens com fracas competências básicas encontrarão provavelmente obstáculos mais tarde na vida, seja no mercado de trabalho ou na sua vida privada. Os dados mostram também que a Europa não está a ter um bom desempenho em comparação com muitos dos concorrentes mundiais. Uma vez que a educação e as competências são essenciais para a competitividade global da Europa, não podemos ser complacentes.

Por conseguinte, se for nomeada, centrarei esforços nas iniciativas em curso no âmbito do restante mandato da Comissão e fomentarei progressos nas áreas que necessitam da nossa especial atenção para tornar o Espaço Europeu da Educação uma realidade até 2025. O meu objetivo é avançar com a implementação do EEE, apoiando as reformas nos Estados-Membros. Este trabalho em curso facilitará a aprendizagem mútua para permitir uma educação de alta qualidade, inclusiva e equitativa, de acordo com as diferentes iniciativas tomadas e as recomendações do Conselho adotadas desde o lançamento do EEE. Os Estados-Membros têm um interesse comum em sistemas de ensino fortes e eficazes em toda a União. A publicação, no início do próximo mês de dezembro, dos resultados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos, da OCDE, exporá a nossa situação no que respeita aos níveis de competências básicas e ao bem-estar dos jovens de 15 anos. Analisarei os resultados e comprometer-me-ei a trabalhar em conjunto com todas as partes interessadas no sentido de resolver quaisquer problemas revelados por este exercício, tendo por base o conjunto de ferramentas fornecido pela Recomendação do Conselho sobre percursos para o sucesso escolar, que é uma das principais iniciativas lançadas no âmbito do EEE. Esta centra-se na prevenção do abandono escolar precoce e no aumento da conclusão do ensino secundário superior, e, pela primeira vez, dá forte ênfase ao bem-estar na escola para alcançar resultados. Neste contexto, apresentarei na primavera de 2024 o resultado do trabalho de um grupo de especialistas em bem-estar na educação e em ambientes de aprendizagem favoráveis, que dará conselhos aos responsáveis políticos e às escolas sobre a forma de abordar o bem-estar e a saúde mental através e na educação.

Um dos tópicos que estou particularmente interessada em debater são as dificuldades enfrentadas pela profissão docente, nomeadamente a pouca atratividade e a falta de professores, e a forma como as iniciativas da UE, como as academias de professores Erasmus+, o Prémio Europeu do Ensino Inovador ou a futura proposta de um quadro de mobilidade para fins de aprendizagem, podem ajudar a resolvê-las. Tudo isto servirá de base para a Comissão preparar a próxima fase, até 2030, e para o Conselho rever o Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e da Formação com vista ao Espaço Europeu da Educação e não só. Sem prejuízo dos resultados, não posso deixar de sublinhar o meu compromisso com o papel crucial a desempenhar pelos professores no êxito do desenvolvimento do EEE até 2025 e mais além.

Melhorar a qualidade e a competitividade do ensino superior e torná-lo mais inclusivo e acessível a uma gama mais ampla de alunos permanece no centro da nossa ação. Trabalharei no sentido de expandir a iniciativa Universidades Europeias para 60 alianças de Universidades Europeias, envolvendo mais de 500 instituições de ensino superior em toda a Europa até meados de 2024, o que conferirá uma massa crítica à iniciativa. Congratulo-me por estarmos bem encaminhados para cumprir este objetivo, tendo acabado de atingir o total de 50 alianças.

Um relatório publicado no início de 2023 revelou uma fragmentação significativa no reconhecimento mútuo de qualificações. Será necessário envidar mais esforços e eu centrarei os meus, no seio da Comissão, mas também com os Estados-Membros, a fim de tornar o reconhecimento mútuo automático dos títulos de formação uma realidade mais próxima.

Além disso, no que se refere ao ensino superior, continuarei a estudar as opções e as medidas necessárias com vista a estabelecer um eventual diploma europeu conjunto baseado em critérios europeus criados em conjunto, em estreita cooperação com os Estados-Membros, as instituições de ensino superior, as organizações de estudantes e as partes interessadas, bem como um eventual estatuto jurídico para as alianças de instituições de ensino superior.

Supervisionarei ainda o desenvolvimento da iniciativa relativa ao cartão europeu de estudante para facilitar a mobilidade dos estudantes e das instituições de ensino superior envolvidas.

Em paralelo, a Comissão avançou bastante na preparação da sua proposta de recomendação do Conselho sobre a revisão do atual quadro de mobilidade para fins de aprendizagem, no âmbito da qual foram organizadas consultas e um painel de cidadãos.

Em todo o caso, estou certa de que os nossos esforços conjuntos devem prosseguir para lá de 2025, uma vez que a evolução das economias com base na dupla transição ecológica e digital exige uma constante mudança e adaptação de todos os sistemas. Tal começa com um setor da educação que reflita as necessidades crescentes e variáveis das empresas, responda às novas exigências dos mercados de trabalho, e cumpra as suas funções sociais mais vastas.

3. Como pretende colmatar o défice de competências digitais e de que instrumentos lançará mão para apoiar projetos e promover estratégias para melhorar o nível de competências digitais na Europa?

A expansão da educação digital continua a ser uma prioridade, num contexto em que as competências digitais, bem como o tratamento da informação de forma crítica e informada, se tornaram essenciais na vida quotidiana. A UE enfrenta hoje uma lacuna significativa em matéria de competências digitais. Além disso, o fosso entre a participação de homens e mulheres no setor digital está a alargar: não obstante o elevado desempenho das mulheres em matéria de competências digitais — medido no âmbito do estudo internacional sobre literacia informática e da informação (ICILS) — em cada 1 000 diplomadas do ensino superior, apenas 24 concluíram estudos em áreas relacionadas com as TIC e, destas, apenas seis trabalham, de facto, no setor digital. Ao mesmo tempo, a pandemia de COVID-19 conduziu a uma transição inédita para a aprendizagem em linha e mista, juntamente com uma maior utilização das tecnologias digitais.

O Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027 já define uma visão estratégica a nível da UE para alcançar uma educação digital de elevada qualidade, inclusiva e acessível. Estou empenhada em acelerar os trabalhos nas duas prioridades do plano de ação, nomeadamente o desenvolvimento de competências digitais e a utilização da tecnologia na educação. Tal está no cerne das propostas da Comissão de recomendações do Conselho relativas aos principais fatores facilitadores do êxito da educação e da formação digitais e à melhoria da oferta de competências digitais na educação e na formação, apresentadas em abril de 2023. As propostas visam dar resposta às duas principais dificuldades comuns identificadas conjuntamente pela Comissão e pelos Estados-Membros: a ausência de uma abordagem de governação integrada em matéria de educação e formação digital e as falhas dos sistemas de educação e formação em dotar as pessoas das competências digitais necessárias. Estas duas propostas sobre educação e competências digitais são também um contributo para o Ano Europeu das Competências 2023. Para melhorar a situação, é necessário prestar atenção à educação digital desde as primeiras fases do sistema educativo e em todos os níveis de ensino e formação. Deve ser dada especial atenção aos grupos prioritários ou difíceis de alcançar. A adoção das recomendações pelo Conselho durante o próximo outono permitir-nos-á trabalhar em conjunto com os Estados-Membros no contexto de um quadro claro, colaborando estreitamente com o comissário Nicolas Schmit, os vice-presidentes pertinentes e outros membros da Comissão, numa abordagem integrada da Comissão.

O apoio à transformação digital é também uma das prioridades globais do atual Programa Erasmus+ e continuarei a apoiar ações destinadas a melhorar as competências digitais e o desenvolvimento de competências, em geral, a todos os níveis da sociedade. Deixo-vos apenas dois exemplos concretos: em primeiro lugar, as ferramentas SELFIE, gratuitas, multilingues e

baseadas na Web, desenvolvidas pelo Centro Comum de Investigação, que permitem às escolas e aos professores avaliar os seus pontos fortes e fracos na utilização das tecnologias digitais; em segundo lugar, a Plataforma Europeia da Educação Digital, criada para proporcionar uma plataforma de intercâmbio de boas práticas no domínio da educação digital e para ligar as autoridades nacionais, o setor privado, peritos, investigadores, professores e formadores e a sociedade civil.

4. Qual é a sua visão para as políticas de educação da UE a longo prazo e como tenciona promover a educação para a cidadania europeia em todos os Estados-Membros da UE?

Estou convencida de que, no futuro, temos de prosseguir os esforços conjuntos com os Estados-Membros para melhorar a qualidade e o acesso à educação. A educação é a base sem a qual não podemos fazer investigação de qualidade, nem inovar. É também fundamental para enfrentar e suprir a necessidade permanente de mudança e adaptação no contexto da dupla transição ecológica e digital. A educação também deve responder às necessidades das empresas e às novas exigências que se colocam às pessoas para serem bem-sucedidas nos mercados de trabalho.

Para lá destes contributos mais «funcionais» da educação, entendo que a educação para a cidadania tem um papel importante a desempenhar, visto que a participação dos cidadãos é a própria essência da democracia. O Relatório do Parlamento Europeu sobre a aplicação de medidas de educação para a cidadania oferece uma base sólida para as reflexões da Comissão sobre a forma de impulsionar os esforços combinados das instituições europeias e dos Estados-Membros neste domínio. Aguardamos também conclusões do Conselho sobre o contributo da educação e da formação para o reforço dos valores europeus comuns e da cidadania democrática. A educação para a cidadania será um tema importante no evento de avaliação intercalar do Espaço Europeu da Educação, a realizar em 10 de outubro, e na Cimeira Europeia da Educação, agendada para novembro. O apoio aos professores e às escolas com ferramentas específicas deve continuar a dar um contributo importante. Alguns exemplos são os materiais didáticos gratuitos disponíveis no Espaço de Aprendizagem da Comissão e a vasta gama de informações sobre questões de política educativa e oportunidades de desenvolvimento profissional para a comunidade escolar em geral, bem como ferramentas de ligação em rede, disponível na Plataforma de Educação Escolar Europeia. As Ações Jean Monnet para as escolas, financiadas pelo Erasmus+, continuarão a apoiar a formação de professores e projetos pedagógicos inovadores nas escolas europeias no domínio dos estudos sobre a UE.

5. Que ações concretas tem em mente para dar resposta aos ensinamentos retirados da execução do atual programa Erasmus+ até à data? Como tenciona fazer face à pressão a que está sujeito o programa Erasmus+ resultante da elevada inflação e do aumento das taxas de juro para o Instrumento de Recuperação da União Europeia?

A meu ver, o «Erasmus» é, indubitavelmente, uma das marcas europeias de maior sucesso.

Empenhar-me-ei plenamente em prosseguir a execução estratégica e a promoção do Erasmus+, o programa emblemático da UE nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto. Até à data, mais de 13 milhões de pessoas participaram no Erasmus+, alçando-o a símbolo da ação da UE, na educação, mas também a nível mais geral. Está em curso um processo de reexame: a Comissão está a preparar o lançamento da consulta pública que contribuirá para a avaliação simultânea do anterior Programa Erasmus+ (2014-2020) e do atual Erasmus+, que se encontra a meio do período de programação (2021-2027). Aguardo com expectativa as reações que receberemos.

Tudo isto servirá de base a futuras decisões sobre o Erasmus+, em especial sobre a edição pós-2027. O Erasmus+ dá prioridade à inclusão, à transformação digital, à sustentabilidade e à

participação dos jovens. Estou particularmente interessada na prioridade dada à inclusão e à diversidade, que implica ir ativamente ao encontro de potenciais participantes que, devido às suas origens, podem enfrentar barreiras à participação. Partindo da atual estratégia de inclusão e diversidade, procurarei tornar o programa ainda mais acessível a quem mais precisa. O Erasmus+ já demonstrou, graças à sua flexibilidade intrínseca, ser capaz de enfrentar consecutivamente as consequências dramáticas da COVID-19 e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Estou plenamente consciente dos atuais desafios que se colocam aos participantes no programa devido ao aumento do custo de vida e à pressão sobre o orçamento da UE em geral, embora o orçamento do atual programa tenha quase duplicado em relação ao seu antecessor. Como primeira resposta, o financiamento foi rapidamente adaptado em certas categorias de custos de apoio individual à mobilidade no âmbito do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade. A necessidade de mais apoio está a ser analisada. Pretendo utilizar os resultados da análise para defender a manutenção de um elevado nível de inclusividade e acessibilidade dos nossos programas.

Também quero ser franca e pragmática: não é possível definir políticas sem os recursos financeiros adequados. Se for nomeada, tirarei o máximo partido dos meus conhecimentos orçamentais para defender este programa, cujo valor acrescentado da UE é evidentemente muito elevado. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir que o nosso emblemático programa de mobilidade prossiga o que tem vindo a fazer há 36 anos: ligar pessoas além-fronteiras, abrir horizontes e proporcionar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento a todos, nestas difíceis circunstâncias financeiras.

6. Como tenciona combater as crescentes violações da liberdade académica a nível mundial, incluindo em alguns Estados-Membros da UE?

O artigo 13.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE consagra a liberdade académica e a liberdade de investigação científica. Trata-se de um requisito prévio fundamental para a criação do Espaço Europeu da Educação (EEE) e do Espaço Europeu da Investigação (EEI). No entanto, não é fácil aferir a liberdade académica e a autonomia das universidades e instituições de investigação e a situação global e em toda a Europa é diversa. Sempre que as regras e as estruturas organizativas em vigor violem a Carta dos Direitos Fundamentais ou criem claramente conflitos de interesses, é necessário rever o acesso ao financiamento da UE. Se for nomeada, não hesitarei em examinar se a Comissão deve, no pleno respeito dos procedimentos previstos nos instrumentos jurídicos aplicáveis, recomendar a suspensão do financiamento da UE nos casos em que os beneficiários não respeitem as regras relativas aos valores da UE estabelecidas no artigo 2.º do Tratado e, em especial, o princípio da não discriminação consagrado no artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais.

Embora essa decisão não se baseie diretamente na violação da liberdade académica, mas sim em considerações relativas aos riscos decorrentes para o orçamento da UE, parece-me oportuno mencionar, neste contexto, a Decisão de Execução do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, relativa a medidas para a proteção do orçamento da União contra violações dos princípios do Estado de direito num Estado-Membro. Sei que a Comissão está em contacto permanente com as autoridades nacionais competentes para avaliar a aplicação das medidas corretivas exigidas no âmbito do mecanismo de condicionalidade. A Comissão deu e continuará a dar informações às autoridades nacionais em causa, num espírito de cooperação sincera e com o objetivo de encontrar soluções.

Promover e proteger a liberdade académica, a liberdade de investigação científica e os valores democráticos europeus é um objetivo fundamental da Estratégia Europeia para as

Universidades. Identifico muitos instrumentos em vigor para promover e defender a liberdade académica e estarei muito atenta para que cumpram o seu intuito. Acolho com agrado os trabalhos em curso sobre os princípios orientadores para proteger os valores académicos fundamentais, baseados no Comunicado de Roma de 2020, e os trabalhos para definir e monitorizar esses valores, no seguimento da Recomendação do Conselho, de abril de 2022, sobre a criação de pontes para a cooperação transnacional.

Continuarei também a apoiar as ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) destinadas a promover a liberdade académica através dos projetos Inspireurope (2019-2022) e Inspireurope+ (2022-2025). Ambos os projetos reúnem organizações altamente experientes empenhadas na promoção da liberdade académica, na divulgação de boas práticas e na defesa da liberdade académica nos Estados-Membros e países associados. Com a ajuda do consórcio Inspireurope, a Comissão elaborou as Orientações das MSCA sobre a inclusão de investigadores em risco. A ação preparatória sobre um sistema europeu de bolsas para investigadores em risco, apoiada pelo Parlamento Europeu, é mais uma prova de empenho na defesa da liberdade académica. Esta iniciativa-piloto criará uma estrutura para um sistema europeu de bolsas para investigadores em risco. Desenvolverá igualmente procedimentos para aferir os níveis e tipos de riscos, a qualidade das propostas e os critérios de seleção relevantes, e permitirá a concessão de cerca de 30 bolsas a investigadores em risco, para que prossigam o seu trabalho num ambiente seguro, académico ou não académico.

Por último, o Espaço Europeu da Investigação tem também uma ação dedicada à liberdade académica, especificamente centrada na liberdade de investigação científica e na luta contra a interferência estrangeira na investigação e inovação (I&I).

7. Políticas no âmbito da cultura

Como encara o futuro das políticas da UE no domínio da cultura e da diplomacia cultural?

A cultura europeia está no centro da nossa identidade e diversidade enquanto europeus e molda a nossa imagem e ação a nível mundial.

Do mesmo modo, dentro dos limites das competências que os Tratados conferem à União no domínio da cultura, estou empenhada em contribuir para o florescimento das culturas dos Estados-Membros, apoiando a sua diversidade nacional e regional e, ao mesmo tempo, fazendo sobressair o seu património cultural comum. Se for nomeada, farei tudo o que estiver ao meu alcance para incentivar a cooperação e apoiar os Estados-Membros nos seus esforços para melhorar o conhecimento e a divulgação da nossa história cultural, conservar o património cultural e promover o intercâmbio cultural, incluindo com países e organizações terceiros.

Considero que a diplomacia cultural tem um papel cada vez mais importante a desempenhar no intercâmbio com parceiros e interlocutores de todo o mundo e na projeção do formidável «poder persuasivo» da Europa. Considero que a promoção da cooperação cultural e do diálogo político com países fora da UE através de grupos regionais, organizações internacionais e relações com países individuais é um elemento vital nas relações internacionais da União. Apoiarei esforços no sentido de libertar o potencial da cultura e da criatividade em prol do desenvolvimento social e económico sustentável, promover a paz e combater a radicalização através do diálogo intercultural e reforçar a cooperação em matéria de património cultural no âmbito da cooperação cultural internacional da UE.

Representando 4 % do PIB da UE, a cultura não só contribui de forma importante para a economia da Europa, como também é parte integrante do nosso modo de vida europeu, do bem-estar dos cidadãos e da atratividade da Europa no seu conjunto. Os setores culturais e criativos foram gravemente atingidos pelas consequências da pandemia de COVID-19. Mais

de 32 % dos profissionais desses setores são trabalhadores independentes. O confinamento e a crise subsequente agravaram a sua vulnerabilidade e chamaram a atenção para as condições de trabalho precárias dos artistas e dos profissionais da cultura.

8. De que forma se propõe assegurar a execução do atual Plano de Trabalho para a Cultura 2023-2026 no âmbito de uma abordagem política e de financiamento concertada e coerente da UE, e quais seriam as prioridades nesse âmbito? Qual é a sua visão para o programa Europa Criativa? Como tenciona garantir uma maior visibilidade internacional da cultura europeia?

O Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, recentemente adotado pelo Conselho, aborda estes desafios e define as prioridades que moldam a cooperação da UE neste domínio. Apoio plenamente os quatro domínios prioritários, que incluem ações destinadas a apoiar artistas e profissionais da cultura, a reforçar a participação cultural e o papel da cultura na sociedade, a garantir a sustentabilidade da cultura e a reforçar a dimensão cultural das relações externas da UE. A execução começou rapidamente no início de 2023, e, se for nomeada, incentivarei a prossecução das 21 ações definidas pelo plano de trabalho.

Uma política conjunta e uma abordagem de financiamento para a cultura tornaram-se uma prioridade substancial, uma vez que a cultura é transversal a muitos domínios de intervenção, da educação à investigação, da coesão social às relações externas. A UE disponibiliza um financiamento significativo para a cultura. O Programa Europa Criativa (2021-2027), dotado de um orçamento de 2 440 milhões de EUR, face aos 1 470 milhões de EUR do orçamento do programa anterior (2014-2020), apoia redes culturais, plataformas e projetos de cooperação, o regime de mobilidade A Cultura Move a Europa, as Capitais Europeias da Cultura, prémios culturais e a Marca do Património Europeu. Além disso, outros importantes fundos da UE chegam aos setores culturais e criativos, incluindo o Horizonte Europa, o Europa Digital, o InvestEU, bem como disposições sobre atividades relacionadas com a cultura no âmbito dos fundos da política de coesão. Através do Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade, reforçamos a sensibilização dos jovens para o património cultural e ajudamo-los a assumirem a sua responsabilidade por ele. No contexto da recuperação pós-COVID-19, os setores e as indústrias culturais e criativas estão a receber apoio substancial dos planos nacionais de recuperação e resiliência que os Estados-Membros adotaram no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da UE. Nesta conjuntura, continuarei a trabalhar em estreita colaboração, no âmbito do Colégio de Comissários e com os Estados-Membros e os representantes das regiões da UE, para promover o investimento na cultura como parte integrante da elaboração das políticas da UE e dos Estados-Membros.

A minha visão para o Programa Europa Criativa passa por continuar a utilizá-lo como uma ferramenta ao serviço do reforço dos setores culturais e criativos a nível europeu, permitindo que estes tirem o máximo partido das condições de concorrência cultural globalizadas. Ao fazê-lo, a riqueza única da cultura europeia continuará a afirmar-se tanto dentro como fora da Europa. Estou deveras persuadida pela dupla lógica de ação do programa, que coloca em pé de igualdade a diversidade cultural e a competitividade dos setores.

Com o financiamento disponível através do Programa Europa Criativa, continuarei a promover, e a trabalhar para, a execução das iniciativas emblemáticas da Comissão que contribuem para os objetivos conjuntos da Nova Agenda Europeia para a Cultura, de 2018, como as Capitais Europeias da Cultura, A Música Move a Europa ou o Prémio da União Europeia para a Literatura. Irei ainda concretizar e continuar a desenvolver duas iniciativas-chave adicionais, nomeadamente A Cultura Move a Europa, uma nova ação para a mobilidade individual de artistas e profissionais da cultura, e o recém-criado Dia dos Autores Europeus. A primeira edição do Dia dos Autores Europeus, que teve lugar em 27 de março de 2023, constituiu um marco na promoção do poder da leitura e dos talentos literários europeus, com mais de

1 000 eventos organizados em toda a Europa. Do mesmo modo, o primeiro convite à apresentação de propostas da iniciativa A Cultura Move a Europa teve um grande êxito, revelando um forte interesse pelo projeto. O número de candidaturas apresentadas nos primeiros oito meses do projeto excedeu quatro vezes o número de subvenções disponíveis, o que demonstra claramente a sua relevância para o setor.

A cultura é igualmente uma poderosa alavanca nas relações internacionais da UE, tal como reconhecido no terceiro objetivo da Nova Agenda Europeia para a Cultura. A cultura desempenha um papel vital na promoção da paz, na prevenção de conflitos e no apoio à prosperidade global. Conecta pessoas, ultrapassa fronteiras e promove a compreensão. Com base na experiência adquirida com a cooperação da UE no domínio da cultura ao longo da última década, o meu trabalho será impulsionado por uma forte cooperação com os Estados-Membros, parceiros internacionais e partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil. Basear-me-ei em exemplos de sucesso, como os Espaços Europeus da Cultura, iniciativa da UE lançada pelo Parlamento Europeu, que incide no ambiente, na consolidação da paz e nos direitos humanos através de 25 projetos em 35 países. A sua extensão é financiada ao abrigo do Programa Europa Criativa, que está aberto à participação, sob determinadas condições, dos países do Espaço Económico Europeu, dos países candidatos e candidatos potenciais, bem como dos países da política europeia de vizinhança e de outros países terceiros, ajudando a promover ainda mais a cooperação cultural além-fronteiras.

9. Como tenciona promover a proteção do património cultural, em especial em zonas de conflito, e assegurar o êxito do plano de ação da UE para combater o tráfico de bens culturais? Como tenciona integrar a cultura no centro do processo decisório europeu?

Estou empenhada em proteger o património cultural em todas as suas formas. Se for nomeada, darei continuidade às ações bem-sucedidas neste domínio, incluindo a Marca do Património Europeu, os Prémios para o Património Europeu e as Jornadas Europeias do Património. Tenciono levar por diante o trabalho do grupo de peritos da Comissão sobre o património cultural, que constitui uma plataforma única de cooperação multilateral e diálogo político lançada durante o Ano Europeu do Património Cultural 2018. Este ano, foram acrescentados dois subgrupos: um sobre a Salvaguarda do património cultural na Ucrânia e um segundo sobre o Diálogo com o mercado da arte. Reconheço plenamente que o património cultural da Ucrânia se encontra particularmente ameaçado no contexto da guerra de agressão da Rússia contra aquele país e estou particularmente satisfeita por este primeiro subgrupo já ter começado a trabalhar em meados de junho, envolvendo organizações representativas e peritos de renome de toda a Europa, incluindo, obviamente, a Ucrânia.

Um quadro legislativo sólido, uma boa cooperação internacional (incluindo com parceiros como a UNESCO e a Interpol), uma base de dados sólida e projetos bem orientados são elementos necessários para proteger eficazmente o património cultural contra o tráfico ilícito. A UE contribui para esta luta com uma resposta adaptada a nível da União, tal como estabelecido na Estratégia para a União da Segurança 2020-2025 e na Estratégia da UE para Lutar contra a Criminalidade Organizada 2021-2025. Em dezembro de 2022, a Comissão apresentou o Plano de Ação da UE para Combater o Tráfico de Bens Culturais. Comprometo-me a trabalhar na execução do plano em conjunto com o comissário para os Assuntos Internos.

Embora as competências a nível da UE em matéria de cultura limitem as possibilidades de integração sistemática da cultura em todas as políticas da UE, tenciono manter uma colaboração estreita com os outros membros do Colégio de Comissários para o efeito. Continuarei igualmente a trabalhar em estreita cooperação com os Estados-Membros e os

representantes das regiões da UE para garantir que a elaboração de políticas e o investimento na cultura mantenham a sua ambição a todos os níveis.

Se merecer a vossa confiança, farei avançar a implementação do agregado específico para a Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva no âmbito do Horizonte Europa. Apoiarei o trabalho da Comunidade de Conhecimento e Inovação (CCI) em matéria de Cultura e Criatividade do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). Verifico ainda que os Estados-Membros colocam grande ênfase na cultura nos seus planos nacionais de recuperação e resiliência, que definem medidas de apoio superiores a 10 mil milhões de EUR, aproximadamente 2 % das despesas totais previstas nos 27 planos nacionais. Por último, espero que o Relatório da Comissão sobre cultura e democracia, publicado em junho de 2023, incentive os decisores políticos a todos os níveis a apoiarem o nosso setor cultural com vista a aprofundar a democracia e a promover uma sociedade inclusiva e empenhada.

10. Compromete-se a apoiar um quadro da UE destinado a melhorar a situação profissional e social dos artistas e outros profissionais dos setores cultural e criativo, que comporte também o seu acesso à segurança social e a portabilidade dos direitos? Que outras medidas da UE considera necessárias para apoiar e promover os setores culturais e criativos da UE?

No início do verão de 2023, a Comissão publicou as recomendações de um grupo do método aberto de coordenação (MAC), que reuniu peritos dos Estados-Membros e estudou formas de melhorar as condições de trabalho dos artistas e dos profissionais dos setores culturais e criativos. O atual Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 prevê outras atividades relacionadas com este tema, como sessões de trabalho temáticas, bem como uma plataforma em linha sobre as condições de trabalho dos artistas e profissionais criativos, que será baseada em dados recolhidos pelo grupo MAC. Trata-se de medidas não vinculativas, mas que têm o poder de preparar o caminho para uma cooperação efetiva em medidas futuras. Estou convencida de que não pode haver verdadeira liberdade artística sem condições de trabalho justas. Por conseguinte, aguardo com expectativa a versão final do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu. Se for nomeada, terei todo o gosto — mantendo-me realista dentro do quadro jurídico em que estamos a operar — em ser a defensora dos profissionais da cultura e da criação no seio Colégio de Comissários e em abordar o assunto com os comissários responsáveis pelas pastas mais visadas pelo vosso relatório.

A fim de explorar o grande potencial criativo da Europa, precisamos de trazer a criatividade para primeiro plano, como uma das competências-chave para uma Europa competitiva e sustentável. Considero que uma verdadeira estratégia europeia para os setores e as indústrias culturais e criativas se deve basear na compreensão das boas práticas existentes e dos desafios futuros. É crucial olhar para todos os setores, a fim de os ajudar a trabalhar como um ecossistema único, capaz de obter um melhor impacto e, assim, dar um contributo mais forte para a resposta aos desafios sociais, como a sustentabilidade. A Comissão está já a avançar nesta direção, com a criação de uma nova Comunidade de Conhecimento e Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia dedicada às indústrias culturais e criativas, a Comunidade Cultura e Criatividade do EIT. Esforçar-me-ei para que esta esteja totalmente funcional no início de 2024. A abordagem da Comissão procura testar novas ideias e promover os contactos entre as indústrias, ligar os empreendedores entre si e com os melhores investigadores, e resolver o que considero ser o principal problema nestes setores, ou seja, a fragmentação. As mesas redondas que tiveram lugar no início deste ano identificaram os principais desafios para o ecossistema, nomeadamente: o reforço da sustentabilidade; a inovação e o apoio intersetorial; as dimensões centro-periferia, regionais, locais; as novas tecnologias, a inteligência artificial, as plataformas, a remuneração justa, as competências

digitais; a divulgação e o alargamento de audiências. Basear-me-ei nestas conclusões com o objetivo de reforçar o ecossistema e diminuir a sua fragmentação.

11. Políticas no domínio da juventude e do desporto

Como encara o futuro das políticas da UE no domínio da juventude e do desporto?

As prioridades para a juventude e o desporto estão, de facto, interligadas, uma vez que os dois setores têm um alcance horizontal e multissetorial. Admiro o seu grande poder de coesão para as nossas sociedades.

Através da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027, a Comissão pretende «envolver, ligar e capacitar os jovens», procurando integrá-los na vida democrática e garantir que todos dispõem dos recursos necessários para participar na sociedade. O desporto contribui para a coesão da comunidade, reforça a inclusão social e promove um maior sentido da identidade europeia. Graças aos nossos esforços para promover uma dimensão europeia do desporto, pretendemos chegar aos membros marginalizados da sociedade, integrando-os em comunidades inclusivas, promovendo, ao mesmo tempo, um estilo de vida saudável para todos. Neste sentido, as políticas desportivas contribuem de forma decisiva para a realização dos objetivos da Estratégia para a Juventude. As minhas principais prioridades em matéria de política de juventude são assegurar que mais jovens beneficiem de políticas e programas da UE, garantir que tenham uma palavra a dizer nos domínios políticos que os afetam e, em última análise, que esse envolvimento produza resultados: capacitar os jovens europeus, de maneira que estejam mais bem preparados para os desafios futuros das suas vidas.

12. Que medidas tem em mente para assegurar que o Ano Europeu da Juventude 2022 e o Ano Europeu das Competências 2023 deixem um legado sólido e significativo, e como pensa colaborar com o Comissário Schmit tendo em vista a consecução desse objetivo? De que forma se propõe dar resposta às exigências específicas dos jovens formuladas durante o Ano Europeu da Juventude 2022 e a Conferência sobre o Futuro da Europa? Compromete-se a tornar obrigatória a realização de uma «avaliação da perspetiva dos jovens» na elaboração de futuras propostas legislativas da UE? Como tenciona velar por que a Estratégia para a Juventude, a avaliar em 2023, possa fazer uma diferença palpável na vida dos jovens?

O Ano Europeu da Juventude 2022 (AEJ) representou uma oportunidade única para colocar os jovens no topo da agenda política. O AEJ chegou num momento crítico, em que os jovens se esforçavam por recuperar do impacto da pandemia de COVID-19, enquanto a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as suas consequências exacerbaram as dificuldades com que os jovens, os técnicos de juventude e as organizações da sociedade civil em toda a Europa já se deparavam.

O Ano Europeu da Juventude criou mobilização e um impulso para fazer mais pelos jovens, criando oportunidades, espaços e ferramentas que lhes permitam envolver-se e expressar a sua visão, tal como pediram. A UE deve tirar partido dos inúmeros eventos que demonstraram que as iniciativas de juventude possuem naturalmente uma dimensão europeia.

As plataformas e ferramentas lançadas durante o Ano Europeu da Juventude, como a plataforma «Voice Your Vision» e as «Youth Talks», permitiram aos jovens exprimir os seus pontos de vista sobre o futuro e manifestar as suas preocupações. Foram realizados diálogos políticos de alto nível com todos os membros do Colégio para dar espaço aos jovens para se manifestarem e partilharem as suas opiniões ao mais alto nível em todos os domínios de intervenção. O AEJ trouxe, de facto, a perspetiva da juventude para todos os domínios de intervenção, tendo mobilizado todos os serviços da Comissão em prol da juventude. Por sua

vez, o Portal Europeu da Juventude mostrou as múltiplas formas como os jovens europeus se envolvem ativamente com a UE.

Como elemento concreto do legado do Ano Europeu da Juventude, os coordenadores nacionais e o grupo de partes interessadas da juventude tornar-se-ão uma plataforma permanente. Reconheço o papel desempenhado pelo Parlamento Europeu nesta matéria. Estou convencida de que, em conjunto, os coordenadores e o grupo podem contribuir para melhorar o processo de consulta sobre propostas legislativas. Além disso, o Diálogo da UE com a Juventude continuará a servir de fórum para que os jovens e as organizações de juventude possam consultar e interagir continuamente com os decisores políticos sobre temas relevantes para si.

Para garantir um legado significativo, os objetivos do Ano Europeu da Juventude devem ser analisados no contexto da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027, que estabelece uma visão para as gerações mais jovens e um quadro político apoiado pelo Erasmus+, DiscoverEU, Corpo Europeu de Solidariedade e outros programas da UE. Pode também servir de guia para as políticas nacionais de juventude dos Estados-Membros.

Tendo tudo isto em conta, é importante retirar ensinamentos do Ano Europeu da Juventude para garantir um legado eficaz. Se for nomeada, velarei por que estes ensinamentos sejam refletidos no relatório, previsto no artigo 7.º da Decisão relativa ao Ano Europeu da Juventude, a apresentar antes do final de 2023. Este será também o momento em que a Comissão finalizará a sua avaliação intercalar da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 e começará a trabalhar no relatório de execução relativo a 2022-2024. Tudo isso abre caminho para expandir ainda mais o legado do AEJ para os próximos anos. O relatório sobre o Ano Europeu da Juventude, juntamente com a avaliação intercalar da Estratégia da UE para a Juventude de 2019-2027, realizada pela Comissão, pode conduzir a uma eventual revisão intercalar da Estratégia da UE para a Juventude pelo Conselho, em 2024, e a uma melhor cooperação no domínio da juventude no futuro.

Trabalharei em conjunto com o comissário do Emprego e Direitos Sociais, para garantir que o legado do Ano Europeu da Juventude se articula devidamente com as ações em curso empreendidas no âmbito do Ano Europeu das Competências. A Decisão relativa ao Ano Europeu das Competências foi adotada em 10 de maio de 2023 e envolverá numerosas atividades até 8 de maio de 2024, muitas das quais já foram implementadas. A título de exemplo, refiro o concurso EuroSkills, que terá lugar em setembro, e um seminário temático sobre a mobilidade das aprendizagens, em novembro.

Para responder aos desejos expressos pelos jovens e tornar a mobilidade uma possibilidade realista para todos, prevejo apresentar uma proposta de quadro europeu de mobilidade para fins de aprendizagem, que fará parte de um pacote mais vasto em matéria de talentos, a adotar no outono do presente ano.

O Ano Europeu da Juventude demonstrou claramente que a Comissão promove a participação ativa dos jovens a todos os níveis da elaboração de políticas, desde a conceção até à execução e à avaliação.

A juventude também é objeto de consultas específicas. O contributo dos jovens está refletido nas avaliações de impacto e no anexo sobre atividades de consulta, o relatório de síntese. As avaliações de impacto também procuram identificar possíveis efeitos adversos para a juventude e, se necessário, definem as medidas de mitigação necessárias. Algumas avaliações de impacto já se centraram principalmente na juventude, como as subjacentes à Iniciativa para o Emprego dos Jovens, ao Europass, à Garantia Europeia para a Infância, às contas individuais de aprendizagem, etc. No seguimento do Ano Europeu da Juventude 2022, os coordenadores nacionais e o grupo de partes interessadas da juventude, criado no âmbito do AEJ e no qual o

Parlamento Europeu também desempenha um papel ativo, tornar-se-ão uma plataforma permanente, que pode desempenhar um papel fundamental nos processos de consulta.

Pessoalmente, acolho de bom grado a ideia de uma «avaliação da perspetiva dos jovens» e reconheço o interesse do Parlamento Europeu nesse sentido. Este foi um pedido claro da organização representativa durante o Ano Europeu da Juventude. Se for nomeada, comprometo-me a orientar o nosso trabalho comum no sentido de estudar o que este exercício poderá incluir na prática e estabelecer expectativas realistas sobre os seus potenciais resultados.

Além disso, na sequência dos compromissos assumidos no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, os painéis de cidadãos tornaram-se uma parte permanente da participação do público, na qual os jovens continuarão a desempenhar um papel muito importante. Sempre que adequado, o processo de avaliação de impacto incluirá um «relatório dos cidadãos», resumindo os resultados desta deliberação dos cidadãos.

Graças a estes três elementos — o quadro Legislar Melhor, a forte participação das organizações de juventude e os painéis de cidadãos —, acredito que a Comissão fará um grande trabalho para garantir que a perspetiva dos jovens influi sobre o processo de tomada de decisões da UE.

13. Como tenciona reforçar e continuar a apoiar o Corpo Europeu de Solidariedade?

A solidariedade é um pilar fundamental do projeto de integração europeia, constituindo uma orientação clara para os cidadãos da UE, em especial os jovens. A importância da solidariedade entre indivíduos e comunidades, dentro ou além das fronteiras, tornou-se ainda mais evidente em 2022, após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que aumentou drasticamente a importância e a visibilidade do voluntariado. O Corpo Europeu de Solidariedade é o programa emblemático no domínio do voluntariado. Desde 2016, foram recebidas mais de 2 milhões de candidaturas e financiadas quase 77 000 oportunidades, registando-se atualmente um elevado excesso de inscrições nas ações do Corpo Europeu de Solidariedade. O orçamento de 2023 inclui uma codelegação — superior a 16,5 milhões de EUR — do orçamento das missões Horizonte Europa para o Corpo Europeu de Solidariedade. Tenciono utilizar esta delegação para permitir que os jovens façam voluntariado em atividades concretas no terreno e apoiem os objetivos das missões do Horizonte Europa. Este é um bom exemplo de sinergias entre programas que seriam da minha competência, oferecendo um impulso tanto para as missões como para os jovens. Se for nomeada, procurarei explorar mais profundamente estas sinergias.

Em 2022, expandimos o alcance do Corpo Europeu de Solidariedade, abrindo-o ao mundo e oferecendo novas atividades de voluntariado transfronteiriço a indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos em apoio a operações de ajuda humanitária em países terceiros.

O foco contínuo da UE nos voluntários e no voluntariado levou à revisão da Recomendação do Conselho, de 2008, sobre o voluntariado transfronteiriço através da nova Recomendação do Conselho sobre a mobilidade dos jovens voluntários na União Europeia, adotada em abril de 2022. Esta foi uma realização importante do Ano Europeu da Juventude. A recomendação é outro elemento essencial para facilitar o voluntariado juvenil transnacional nos próximos anos no âmbito do Corpo Europeu de Solidariedade ou de outros regimes a nível nacional, em consonância com a Estratégia da UE para a Juventude.

14. Como vê o papel da UE na definição do futuro das políticas no setor do desporto e quais são os domínios específicos no domínio do desporto em que a UE deveria tomar medidas?

No que se refere ao desporto, o meu objetivo é apoiar e reforçar a sua dimensão europeia. Reconheço que o desporto é uma parte importante da vida de milhões de europeus, contribuindo para melhorar a saúde — incluindo a saúde mental —, para a coesão da sociedade e para a inclusão das comunidades, além dos objetivos desportivos e de lazer. Além disso, cria emprego, crescimento e inovação.

Em conformidade com o artigo 165.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a UE tem uma competência de apoio no domínio do desporto. Através dos nossos esforços para desenvolver uma dimensão europeia do desporto em cooperação com o movimento desportivo, promovemos uma conceção do desporto inspirada nos valores europeus. Através das ações desportivas Erasmus+ e de eventos anuais, pretendemos promover a competição honesta, a participação desportiva e um estilo de vida saudável para todos.

Dado que o desporto e a atividade física têm múltiplas facetas, que os ligam a vários domínios de intervenção, como a educação, a saúde e o bem-estar, a juventude, a inclusão, a igualdade, o emprego, a inovação, a sustentabilidade e a economia, a cooperação intersetorial é importante.

O Plano de Trabalho da UE para o Desporto (2021-2024) define os principais tópicos para ações, parcerias e iniciativas no domínio do desporto. Se for nomeada comissária, desempenharei plenamente o meu papel no diálogo específico entre a Comissão e os Estados-Membros. Comprometo-me a abordar a integridade e os valores no desporto, as dimensões socioeconómica e ambiental do desporto, a igualdade de participação no desporto, bem como a atividade física benéfica para a saúde. Apoiarei também a renovação do diálogo, que será discutida no próximo ano.

Estou convicta de que o desporto é um veículo poderoso para promover valores e os direitos humanos na sociedade. Neste sentido, defenderei e promoverei o modelo europeu do desporto, incluindo a autonomia dos organismos que regem o desporto, a abertura das competições, o valor do mérito, a solidariedade e a interdependência entre o desporto de elite e o desporto de base, e a chamada «estrutura piramidal» do desporto. Estou disposta a trabalhar em estreita cooperação com o Parlamento Europeu e todas as partes interessadas, no pleno respeito da autonomia das organizações desportivas.

Se for nomeada comissária, utilizarei a alavanca do desporto para melhorar a saúde de todos os cidadãos europeus, independentemente da sua idade ou nível de aptidão física, e promoverei também a inclusão social e a igualdade de género. A minha ambição é dar visibilidade ao impacto positivo do desporto em muitas outras políticas, no contexto dos próximos eventos desportivos mundiais a organizar na Europa, como o Campeonato do Mundo de Râguebi, o Campeonato Europeu de Futebol de 2024 da UEFA, e os próximos Jogos Olímpicos de verão e de inverno. Certificar-me-ei de que as ações da Comissão combinam eventos de alto nível com iniciativas de base bem estabelecidas, como a Semana Europeia do Desporto, o Fórum Europeu do Desporto e os prémios BeActive.